



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARLLA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

DIPLOMACIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA

Porto Nacional – TO
2019

CARLLA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

**DIPLOMACIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

Trabalho de Graduação submetido ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins, UFT, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito.

Porto Nacional – TO

2019

Fundação Universidade Federal do Tocantins	
Campus Universitário Porto Nacional	
Biblioteca Maria Revy Veloso de Andrade	
Nº de controle	FT 00124957
Classificação	40-74
Cutter	2016
Código de Barras	249709
Data/Origem	13/07/18
Exemplar/Valor	1/5000
Nota Fiscal	
Patrimônio	

Patrimônio: _____

Código de barras: 249708

CD: 249709

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D418d De Oliveira Barros, Carlla Cristina.
 Diplomacia Cultural como Instrumento da Política Externa Brasileira. /
 Carlla Cristina De Oliveira Barros. – Porto Nacional, TO, 2019.
 66 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2019.
 Orientador: Ítalo Beltrão Sposito
 Coorientadora : Fabiana Scoleso
1. Diplomacia Cultural. 2. Relações Internacionais. 3. Ministério Das
 Relações Exteriores. 4. Política Externa Brasileira. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
 forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
 A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
 dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLLA CRISTINA DE OLIVEIRA BARROS

DIPLOMACIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Monografia foi avaliada e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins, UFT, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela banca examinadora:

Data de Aprovação 37/06/2019



Prof. Dr. Ítalo Beltrão Sposito (Orientador)
Universidade Federal do Tocantins



Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral
Universidade Federal do Tocantins



Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto
Universidade Federal do Tocantins

Porto Nacional – TO

2019

À minha mãe, pois essa vitória é também dela,
sem o seu apoio eu não teria conseguido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente, em primeiro lugar a Deus, e depois a minha mãe Tereza Cristina De Oliveira Santos, que possui um amor infindável pelos estudos, que preza eminentemente pela educação e que sempre me incentivou a buscar os meus sonhos e objetivos, me ensinou que o melhor caminho para o sucesso seria por meio dos estudos. Que nunca mediu esforços para estar presente no meu processo de formação.

Agradeço o meu orientador Ítalo Beltrão Sposito e a minha co-orientadora Fabiana Scoleso que me ajudou na realização deste trabalho, que foi paciente durante todo o tempo da realização do mesmo, apesar de todos os desafios. Um agradecimento também aos amigos que estiveram do meu lado, me apoiando nos momentos de impaciência, ansiedade e estresse. Agradeço os meus professores de graduação que me ajudaram nessa jornada, e aos demais funcionários da Universidade também fica aqui o meu imenso agradecimento.

A cultura, sob todas as formas de arte, de amor e de pensamento, durante milênios, capacitou o homem a ser menos escravizado.

ANDRÉ MALRAUX

RESUMO

A diplomacia cultural no Brasil é um intermédio de promoção cultural brasileira, a partir dos departamentos de cultura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sendo assim executada por meios de setores culturais nas embaixadas em outros países. Este tema vem se revelando um importante objeto de análise dentro das Relações Internacionais, devido ser um instrumento de aproximação entre povos, o que auxilia na contribuição para a abertura de uma indústria cultural no objetivo de vínculos linguísticos e culturais com outros países, além de sua relevância para o estímulo de diálogos políticos e econômicos. Dessa forma, utilizando como referência o conceito de *soft power* diplomacia cultura, e o referencial teórico da subárea de análise de política externa, este trabalho, em pesquisa qualitativa, possui três objetivos principais: expor como funcionam os setores responsáveis por este campo, analisar a importância da Língua Portuguesa no cenário internacional e como se dá a dinâmica de funcionamento da Divisão de Promoção Da Língua Portuguesa, que promove o ensino da Língua Portuguesa no exterior. Para o alcance de tal são coletadas e analisadas literaturas que discutem o tema, além de documentos oficiais do governo brasileiro.

Palavras-chave: Diplomacia Cultural; Relações Internacionais; Ministério das Relações Exteriores.

ABSTRACT

Cultural diplomacy in Brazil is an intermediary of Brazilian cultural promotion, based on the culture departments of the Ministry of Foreign Affairs, and is thus implemented by cultural sectors at embassies in other countries. This topic has proved to be an important object of analysis within International Relations, since it is an instrument of rapprochement between peoples, which helps in the contribution to the opening of a cultural industry in the objective of linguistic and cultural links with other countries, besides its relevance for stimulating political and economic dialogues. Thus, based upon the concepts of soft power and cultural diplomacy and foreign policy analysis subarea theoretical foundation, this qualitative research work has three main objectives, to explain how the sectors responsible for this field work, to analyze the importance of the Portuguese Language in the international scenario and how the dynamic of the Division of Portuguese Language Promotion, which promotes the teaching of the Portuguese language abroad. With these objectives in mind, literatures that discuss the theme were collected and analyzed, as well as official documents of the Brazilian government.

Keywords: Cultural Diplomacy; International relations; Ministry of Foreign Affairs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Recursos de <i>Soft Power</i>	24
Figura 2. Características, objetivos e métodos de implementação da PE de Lula	43

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1. Categorização dos tipos de poder segundo Nye (2004).	23
Quadro 2. Composição do Departamento Cultural do Itamaraty.	28
Quadro 3. Apresentação dos CCB, IC e da Rede de Leitorados.	33
Quadro 4. Centros Culturais Brasileiros.....	34
Quadro 5. Distribuição dos Institutos Culturais Bilaterais.	36
Quadro 6. Leitores brasileiros e Universidades onde atuam.	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Índice percentual de participação do Ministério da Cultura do Brasil na diplomacia cultural brasileira no período 2003-2010.....	27
Gráfico 2. Índice percentual de participação do Ministério da Cultura do Brasil na diplomacia cultural brasileira em cada continente no período 2003-2010.....	30
Gráfico 3. Percentual de atuação das Divisões do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no mundo no período 2003-2010.....	30
Gráfico 4. Distribuição dos IC no mundo.	37
Gráfico 5. Evolução da quantidade de ações pertinentes à diplomacia cultural brasileira no período 2003-2010.....	51

LISTAS DE ABREVIACOES

CPLP – Comunidades dos Países de Língua Portuguesa

DC – Diplomacia Cultural

DCE – Divisão de Temas Educacionais

DODC – Difusão de Operações Cultural

DPLP – Divisão de Promoção de Língua Portuguesa

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério de Relações Exteriores

RBC – Rede Brasil Cultural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ESTRUTURA CONCEITUAL E TEÓRICA SOBRE CULTURA E DIPLOMACIA CULTURAL	15
2.1	Conceitos e abrangência	18
2.2	O <i>soft power</i> na diplomacia cultural	22
3	ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ITAMARATY NA ÁREA CULTURAL	25
3.1	O Departamento Cultural do Itamaraty	25
3.2	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa	31
3.2.1	Rede Brasileira de Ensino no Exterior	32
3.2.2	Centros Culturais Brasileiros	34
3.2.3	Institutos Culturais Bilaterais	35
3.2.4	Rede de Leitorados	38
3.2.5	Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa	39
4	A DIPLOMACIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO AUXILIAR DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA	41
4.1	A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas	45
4.1.1	A reforma da Governança Financeira Global	47
4.1.2	O BRICS na política externa do governo Lula	48
4.1.3	O G-20 Comercial	49
4.2	A Diplomacia Cultural no Governo Lula	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

A globalização encurtou distâncias e facilitou o intercâmbio de informação e pessoas, colocando assim o tema cultural no centro dos debates. Em conjunto com temas tais como direitos humanos, democracia, meio ambiente e terrorismo, as relações culturais também passaram a ocupar espaço na agenda externa dos Estados (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Diante do novo cenário, a diplomacia cultural (DC) surgiu no Brasil como promotora cultural, uma vez que se trata de um instrumento, segundo o ministério das relações exteriores, de aproximação entre povos. A globalização estreitou cada vez mais as relações internacionais, e esse estreitamente tornou possível o conhecimento e acesso à outras culturas (BRASIL, 2018a).

A diplomacia cultural se configura como uma importante ferramenta de obtenção e desenvolvimento de vínculos internacionais. Por muito tempo foi considerado que as relações culturais entre o Brasil e, principalmente, a Europa e América do Norte aconteciam em uma única direção, nas quais as políticas culturais europeias e norte-americanas impactavam o Brasil, mas o contrário não ocorria (DUMON; FLÉCHET, 2014).

A realidade brasileira, no entanto, evidencia uma verdade diferente conforme destaca Dumon e Fléchet (2014, p. 204), na qual “desde sua independência, o Brasil desenvolveu uma diplomacia ativa, que integrou a dimensão cultural”. Mesmo que ignorada por muito tempo e por muitos pesquisadores a diplomacia cultural brasileira se consolidou e evoluiu ao longo dos anos, tornando o Brasil das demais nações da América do Sul.

Esta monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Relações Internacionais da UFT apresenta uma discussão conceitual e teórica sobre a diplomacia cultural brasileira. O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise descritiva da diplomacia cultural brasileira de 2003 até 2010, período em que o país foi governado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, bem como contextualizar a Política Externa Brasileira entre esses anos sobre a perspectiva da importância do uso do *Soft Power*.

A estrutura deste trabalho está dividida em três capítulos. Diante do objetivo pretendido neste trabalho a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, de carácter qualitativo, com base em uma revisão crítica da literatura, visando desenvolver uma análise descritiva da diplomacia cultural brasileira no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

O primeiro capítulo aborda à discussão conceitual e teórica sobre a diplomacia cultural e a sua relação ao conceito de *soft power*, introduzido por Joseph Nye na década de 80. O

objetivo deste capítulo é relacionar os avanços diplomáticos e culturais oriundos do processo de globalização e a importância crescente do conceito de *soft power* nas relações internacionais.

O segundo capítulo consistiu na análise dos departamentos de diplomacia cultural do Brasil em sua Divisão de promoção da língua portuguesa, difusão de operações culturais, centros culturais brasileiros e departamento cultural do Itamaraty, com a finalidade de mapear o funcionamento destes departamentos do Ministério das Relações Exteriores. Compreendendo ainda a análise da Divisão de Promoção Da Língua Portuguesa. Por fim, o terceiro, e último capítulo, trata-se da construção de uma linha temporal da diplomacia cultural brasileira no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Quando vista dentro da amplitude de temáticas internacionais e alcance da diplomacia brasileira frente ao cenário internacional, a diplomacia cultural brasileira exerce pouca influência, todavia, quando trazida para o contexto latino-americano, torna-se mais influente posta à proximidade física, cultural e linguística dos países. E se, por um lado, a diplomacia cultura brasileira ressalta a singularidade de nossa cultura, por outro, revela as afinidades que a unem a outros povos significativamente, uma vez que o Brasil acolhe fluxos migratórios das mais diversas origens. Deste modo, percebe-se a importância de ampliar os estudos sobre os impactos e limitações da influência da diplomacia cultural brasileira nas suas relações internacionais.

2 ESTRUTURA CONCEITUAL E TEÓRICA SOBRE CULTURA E DIPLOMACIA CULTURAL

A fim de compreender mais claramente o conceito de diplomacia cultural, a introdução deste capítulo apresenta os conceitos distintos de diplomacia e cultura, estabelecendo assim uma relação direta entre os conceitos que compõem a expressão estudada neste trabalho.

Na perspectiva tradicional a diplomacia pode ser conceituada conforme menciona Moreira (2002, p. 74) como a “arte da negociação ou o conjunto de técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados”. Para Magalhães (2005, p. 92) a diplomacia é “um instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento de contatos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, pelo emprego de intermediários naturalmente reconhecidos pelas respectivas partes”.

A diplomacia moderna, de acordo com Garcia (2015), é vista de forma recorrente tendo origem na troca de permanentes entre os principados da Itália renascentista, contudo nos períodos mais antigos da história do homem se têm registros de modalidades de interação diplomática entre povos. Para Black (2010) as inscrições egípcias e mesopotâmicas da Antiguidade dão indícios de relações diplomáticas que foram devidamente registradas pelos pares como uma espécie de aparato estatal.

Ainda sobre essa esfera temporal Nicolson apresenta a possibilidade dessas relações serem ainda mais antigas:

A diplomacia, no sentido da conduta ordenada de relações entre um grupo de seres humanos e outro grupo que lhe fosse alienígena, é bem mais velha do que a História [...] Mesmo na Pré-História devem ter existido momentos em que um grupo de selvagens desejou negociar com outro grupo, ao menos com o propósito de indicar que eles estavam fartos da batalha diária e gostariam de uma pausa para recolher seus feridos e enterrar seus mortos. Desde os primeiros, mesmo para nossos ancestrais Cro-Magnons ou Neandertais [sic], deve ter sido evidente que tais negociações seriam severamente comprometidas se o emissário de um dos lados fosse morto e comido pelo outro lado antes que ele tivesse tido tempo de entregar sua mensagem (NICOLSON, 1969, p. 5-6).

Bueno (2017) apresenta um panorama de modalidades de diplomacia em diversos povos orientais. Iniciando na Mesopotâmia onde foi estabelecido o tratado mais antigo do qual se tem registro: o tratado que estabelecia os limites fronteiraços entre as cidades de Lagash e de Umma. Na China, as relações diplomáticas solucionavam, de modo eficiente, níveis mais complexos de conflitos entre os povos vizinhos. Os fundamentos institucionais base das ideias dos povos gregos e romanos até hoje são conhecidas dentro do direto e da dinâmica das sociedades, e na

relação com a diplomacia se destacam a hospitalidade mútua entre os entes políticos e as imunidades conferidas aos seus representantes públicos, na Grécia, e em Roma, a autoridade dos embaixadores romanos. E na Itália haja vista a urgente necessidade de institucionalizar e assegurar uma pacífica entre os estados italianos culminaram no estabelecimento dos moldes da diplomacia.

A evolução desses modelos de relações diplomáticas para a diplomacia moderna acompanhou o rito de evolução das relações internacionais das próprias nações. Sobre o desenvolvimento dessas relações e da política externa Gomes destaca que:

Desde a constituição dos Estados nacionais, estes têm predominado na vida internacional e sido nela os seus atores principais, senão exclusivos. Na verdade, até há bem pouco a sociedade internacional era basicamente uma constelação de Estados Justapostos, ligados entre si por relações de interesse ou de força, orientando-se apenas por vagas indicações dum direito internacional embrionário e desprovido de mecanismos sancionatórios. As únicas formas de organização existentes eram rudimentares e consistiam em relações de domínio ou de equilíbrio de forças, em alianças temporárias contra inimigos comuns e em sistemas de representação mútua, através da acreditação de diplomatas (GOMES, 1990, p. 57).

As consequências da segunda guerra mundial estabeleceram mudanças na dinâmica das relações internacionais mudando rapidamente o cenário mundial. As relações antes rudimentares se tornaram muito mais complexas. Desenvolveram-se o comércio e as relações econômicas e financeiras, apareceram novos atores no cenário internacional. E se iniciou um esboço de estrutura composto por sistemas de aliança, organizações internacionais, serviços intergovernamentais, dentre outras organizações, nunca visto antes (GOMES, 1990).

Quando as relações internacionais se expandiram a um nível mais significativo, na qual deixaram de ser pontuais, ou seja, desempenhadas por grupos específicos de povos e tomaram proporções globais a necessidade de uma estruturação nessas relações se tornou mais evidente. Quanto a percepção da relação de interdependência das nações, importante preceito para o estabelecimento estrutura de relações diplomáticas, Gomes (1990, p. 57) apresenta que “a política externa trata dos interesses do Estado em relação à comunidade internacional. Nenhum Estado é autossuficiente; todos são, mesmo as superpotências, interdependentes”.

Assim, com o surgimento do Estado moderno e do direito público internacional surgiu também a necessidade de construção de uma instituição destinada especificamente às relações entre Estados. Concomitantemente, à medida que mais Estados soberanos se estabeleciam mais referências à função dos embaixadores e das embaixadas eram elaboradas (BUENO; FREIRE; OLIVEIRA, 2017).

A diplomacia não se consolidou espontaneamente em suas primeiras aparições. Um processo de construção e evolução gradativa se seguiu desde as primeiras relações humanas até, finalmente, se estabelecer como necessária. Essa percepção ocorreu por consequência do desenvolvimento do próprio homem ao se tornar culturalmente adaptável. Assim como outros fatores constituintes e mediadores das relações internacionais, a diplomacia é um produto da cultura (GARCIA, 2015).

Sobre o a conceituação da cultura Bolacio Filho (2012, p. 34) afirma que “o conceito de cultura não é – e nunca foi – unânime”. Para Francisco et al. (2011, p. 15) “a definição de cultura é dotada de controvérsias devido ao caráter abstrato e intangível”. Todavia, o conceito de cultura é objeto constante de estudo e debate. As ciências sociais, como a antropologia e a sociologia, lideram os estudos sobre o tema, mas sua exploração se estende às ciências políticas e as relações internacionais motivadas pela relação intrínseca da cultura com as interações sociais (GÓES, 2017).

O conceito de cultura surgiu, conforme menciona Góes (2017, p. 3), da inspiração iluminista:

O conceito de cultura nascido no Iluminismo foi, desde então, transmitido de geração em geração. O acesso e a aquisição de cultura orientavam a evolução social rumo a uma condição humana universal [...]. O conceito de cultura era um agente da mudança do status quo, e não se sua preservação. A ideia de cultura passou, assim, a ser alterada a partir do século XX. Deixou de significar exclusivamente, o acesso a arte, a literatura e ao cultivo intelectual de povos ou civilizações e passou a representar o modo de vida de diferentes grupos sociais.

O conceito de cultura era, segundo Bauman (2013) um agente da mudança da condição atual, uma possibilidade à melhoria, ao aprimoramento.

O propósito inicial do conceito de "cultura" não era servir como registro de descrições, inventários e codificações da situação corrente, mas apontar um objetivo e uma direção para futuros esforços. O nome "cultura" foi atribuído a uma missão proselitista, planejada e empreendida sob a forma de tentativas de educar as massas e refinar seus costumes, e assim melhorar a sociedade e aproximar 'o povo', ou seja, os que estão na 'base da sociedade', daqueles que estão no topo (BAUMAN, 2013, p. 12).

Outros autores exploram o conceito de cultura em seus trabalhos. Merle (1985, p. 1) conceitua cultura como “um conjunto de sistemas de valores e representações que determinam o comportamento dos membros de um grupo, permitindo que esse grupo afirme sua identidade”. Para Bauman (2002, p. 185) a cultura “é uma rede de comunicação no seio de um conjunto de elementos ou ainda o conjunto de regras de transformação de um grupo de elementos inter-

relacionados e de suas próprias relações”. O conceito de cultura defendido por Geertz (2008, p. 4) é “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Deste modo, retomando a contextualização histórica que precede o surgimento da diplomacia cultural, o fim do congelamento da agenda internacional nos temas de segurança, resultante do final da Guerra Fria, imprimiu uma nova dinâmica das relações internacionais, introduzindo novas agendas de debate e coordenação internacional, com impacto determinante no leque de temas trabalhados pelos formuladores e executores de política externa nos Estados. A globalização encurtou distâncias e facilitou o intercâmbio de informação e pessoas, colocando assim o tema cultural no centro dos debates. Em conjunto com temas tais como direitos humanos, democracia, meio ambiente e terrorismo, as relações culturais também passaram a ocupar espaço na agenda externa dos Estados.

2.1 Conceitos e abrangência

Após explorar de forma distinta as expressões que fundamentam a diplomacia cultural a partir deste item serão estudados o seu conceito e abrangência. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a diplomacia cultural é uma importante ferramenta que promove a cultura e as artes brasileiras em suas múltiplas dimensões, procurando estimular a cooperação cultural e o ensino da língua portuguesa, além de aproximar os povos contribui para a abertura de mercados para a indústria cultural e para o estabelecimento de vínculos culturais e linguísticos, estimulando os diálogos político e econômico, por consequência do entendimento mútuo e da confiança, interesse e respeito fomentado entre as nações. E pode ser definida como um meio para facilitar as trocas comerciais e a expansão da cultura pelo mundo, por intermédio da música, da arte e filosofia (BRASIL, 2018a).

Para Chakraborty (2013, p. 30):

Embora não haja um conjunto de consentimentos comuns sobre a definição de diplomacia cultural, esta pode ser melhor descrita como os meios através dos quais os países promovem seus valores políticos e culturais para o resto do mundo. A ideia essencial é de permitir acesso público à diferentes culturas e perspectivas, e, deste modo, fomentar a compreensão mútua e o diálogo.

Para Castro (2012, p. 309) “a Diplomacia Cultural de maneira bastante objetiva pode ser pensada como um instrumento, uma estratégia de difusão de aspectos culturais de uma nação no exterior associada à divulgação interna de culturas estrangeiras”.

Segundo Ribeiro (2011), a diplomacia cultural aplica-se a um conjunto de relações culturais para benefícios nacionais não somente de natureza especificamente cultural, mas sim envolvendo outras áreas, como política, comercial ou econômica. A diplomacia cultural possui um campo bem vasto de análise no qual podem ser mencionados os seguintes temas envolvendo a política externa de um país, como: diplomacia cultural e paz, diplomacia cultural e comércio, promoção da arte e dos artistas e apoio a projetos de cooperação técnica.

Portanto, entende-se que diplomacia cultural possui várias vertentes como intercâmbio de pessoas, promoção das artes e dos artistas, ensino da língua como veículo de valores, distribuição integrada de material para divulgação, apoio a projetos de cooperação intelectual entre outros. Segundo Lessa (2002, p. 17), “a diplomacia cultural promove e divulga a cultura, programas culturais, instituições culturais ou científicas, ideias e atores de um país”.

Para Muniz, Cidrão e Thomaz (2017, p. 537) “a diplomacia cultural é um dos mecanismos que mais tem potencial e que a administração pública pode se utilizar para promover o diálogo intercultural”. Para Agostinelli (2012) a diplomacia cultural permite que seja criada uma base confiança entre os cidadãos de diferentes países, e por consequência disso as noções de desconfiança são dissolvidas e são abertos caminhos para as relações econômicas, políticas e militares entre as nações.

A França foi uma das primeiras potências a usar a incorporação da cultura como ferramenta de política externa. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma divisão responsável por coordenar os trabalhos de difusão da língua e cultura francesas no exterior, foi criado em meado de 1910 e posteriormente outros países europeus desenvolveriam medidas semelhantes, em grande parte, motivados pelo êxito francês. A evolução do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o incentivo financeiro no setor foram responsáveis por tornar a França o país com maior número de programas culturais no mundo ocidental (RIBEIRO, 2011).

Na Alemanha, dois fatores históricos negativos marcaram fortemente a política externa e por sua vez a diplomacia cultural: o passado nazista e a divisão do país. Contudo, a ruptura com o nazismo e a difusão de valores humanistas vinculados à arte e língua alemã contribuiu para o estabelecimento de laços culturais com outros países. No Reino Unido, embora não haja uma divisão específica para a diplomacia cultural, a difusão de sua cultura se dá através de três agências especializadas: o *Central Office of Information* (COI), a *British Broadcasting Corporation* (BBC) e o Conselho Britânico que oferece além da divulgação, apoio financeiro e político na divulgação da cultura britânica (RIBEIRO, 2011).

De acordo com Saraiva (2017) os Estados Unidos, outra potência mundial, entram tardiamente no campo das relações diplomáticas culturais. Historicamente, foi no período entre

as duas grandes guerras que a diplomacia cultural dos Estados Unidos passou a receber a devida importância. Durante o governo de Roosevelt, 1933 até 1945, que se percebeu a necessidade de se comunicar com a opinião pública e conquistar o suporte de pessoas nos demais países a fim de garantir a segurança do país. Em 1959, no contexto da Guerra Fria, Thayer (1959 apud SARAIVA, 2017, p. 30), secretário especial Estado para Coordenação dos Intercâmbios Educacionais e Relações Culturais delimitou qual deveria ser objetivo da diplomacia cultural dos Estados Unidos “o objetivo da diplomacia cultural estadunidense é criar nos povos do mundo uma compreensão perfeita da vida e da cultura da América”.

Quanto a diplomacia cultural brasileira, os órgãos responsáveis pela difusão da cultura são o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Cultura (MINC) e a Fundação da Biblioteca Nacional. Segundo o próprio MRE:

O Ministério das Relações Exteriores (ou Itamaraty) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, nos planos bilateral, regional e multilateral. O Itamaraty assessora o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais (BRASIL, 2018b, s.p.).

A diplomacia cultural no MRE (Ministério das Relações Exteriores) é segmentada pelas divisões de departamento cultural no Palácio Itamaraty em Brasília. É por meio deles que os diplomatas no exterior representam a difusão da cultura Brasileira. Os departamentos estão organizados em cinco unidades (BRASIL, 2018a):

- a) Divisão de Promoção de Língua Portuguesa (DPLP): o departamento é responsável por promover o ensino da língua portuguesa no Brasil; ele coordena a rede Brasil cultural.
- b) Rede Brasil Cultural: instância de promoção do ensino da língua portuguesa no exterior essa rede está difusa em mais de quarenta países.
- c) Difusão de Operações Cultural (DODC): tem a finalidade de promover a cultura e a arte brasileira e suas diversas vertentes, assim como participar nas negociações de acordos bilaterais e cooperação cultural.
- d) Divisão de Temas Educacionais (DCE): departamento responsável por cuidar dos temas ligados a educação no MRE, como cooperação cultural e educacional.
- e) Centros Culturais Brasileiros: são mais conhecidas como instituições de embaixadas que oferecem cursos de língua portuguesa como atividades presenciais de acordo com a cultura brasileira.

Os departamentos descritos acima têm como função principal a divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira em outros países, por intermédio de artistas, professores e embaixadores. A DPLP, é responsável pela difusão da língua portuguesa no Brasil, e pela a gestão do instrumento do Ministério das Relações Exteriores para a promoção da língua portuguesa no exterior: a Rede Brasil Cultural. Presente em mais de quarenta países em todos os continentes, a RBC é formada por vinte e quatro Centros Culturais, cinco Núcleos de Estudo e cerca de quarenta leitorados (BRASIL, 2018a).

O Brasil possui outros mecanismos de divulgação da cultura brasileira no exterior voltados para a popularização da música brasileira, para o intercâmbio de artistas brasileiros, a concessão de bolsas de estudo para brasileiros estudarem no exterior, e a atração de acadêmicos estrangeiros para as universidades e os centros de pesquisa brasileiros. Dentre esses programas destacam-se: o programa “Novas Vozes do Brasil”, o “Projeto de Residências Artísticas no Exterior”, e o programa “Ciência sem Fronteiras” (MUNIZ; CIDRÃO; THOMAZ, 2017).

Dentre as ferramentas de difusão cultural disponíveis ao Brasil, para Muniz, Cidrão e Thomaz (2017, p. 22), as que fazem cooperação com a educação são bastante eficazes “a cooperação em temas educacionais é um dos mais eficazes instrumentos de política nacional para promover a aproximação entre os Estados através de suas sociedades, possibilitando um real engajamento intercultural”.

Contudo, para Ribeiro (2011) as prioridades brasileiras acerca da diplomacia cultural ainda se mostram imprecisas, transparecendo ausência de planejamento e escassez de recursos.

As prioridades da política cultural externa, conforme atualmente delineadas, provavelmente refletem uma escassez de recursos, mais do que um planejamento global. Diante da impossibilidade de quantificar retornos por definição invisíveis, os formuladores dessa política não têm outra alternativa a não ser concentrar os modestos recursos humanos e orçamentários de que dispõem em realidades regionais e políticas – a América Latina e a África – em detrimento de outras alternativas que seriam, no mínimo, igualmente importantes (RIBEIRO, 2011, p. 49).

Ainda segundo Ribeiro (2011, p. 48) os equívocos de gestão da diplomacia cultural, de natureza operativa, “consistem, basicamente, em conceber política cultural a partir de uma espécie de visão de trincheira, caracterizada por expectativas imediatistas, com resultados quase sempre negativos para a realização de programas”.

2.2 O *soft power* na diplomacia cultural

As interações entre sociedades sempre existiram, dividindo-se em diversos campos como o econômico, político e cultural, e com o tempo o fluxo dessas relações aumentou e se tornou mais complexo, dinâmico e importante (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Assim como essa interação se tornou inevitável, ficou claro que o que se passava nas outras sociedades também influenciava o contexto interno, na dinâmica doméstica de cada povo; e que as ações tomadas em âmbito interno, pelos diversos organismos de comando, teriam repercussão em outras sociedades (PECEQUILO, 2004, p. 13).

Diante do contexto atual de globalização, conforme menciona Martinelli (2016, p. 65) “a manutenção do poder se faz cada vez mais complexa e interconectada”, as relações entre os diversos atores das Relações Internacionais estão situadas em um ambiente interativo de poder e influência denominados como *hard power*, *soft power*, e *smart power*. Sobre tal, Bijos e Arruda (2010, p. 34) afirmam que:

[...] esse conjunto de ações, atores e organismos, nos permitimos denominar de Relações Internacionais. Essas relações entre os Estados, seus atores por excelência, as Organizações Internacionais, as empresas multinacionais, instituições de ensino superior, com o intercâmbio entre docentes e discentes, as Organizações Não Governamentais situam-se no que chamamos hodiernamente como *soft power* e *smart power*, num contexto de globalização, cultura e diplomacia.

O *hard power*, poder duro em tradução literal, talvez se traduza melhor como poder coercitivo, pode ser entendido como o uso da força e coerção para alcançar objetivos nas Relações Internacionais. Embora tenha sido utilizado por diversos países durante a era das navegações como método de exploração e colonização de nações menos desenvolvidas, a percepção da interdependência global e da globalização trouxe à luz outras formas de poder menos agressivas e que expressam os valores e direitos fundamentais dos seres humanos (RIBEIRO, 2011).

A partir de uma globalização abrangente, preconizar o uso da força, o *hard power*, em detrimento a uma aproximação menos agressiva, é pouco inteligente, pois a informação é instantânea, com uma rede de instrumentos midiáticos que mostram, através de imagens, o que acontece em cada uma das cidades, por mais pequena que ela seja (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 35).

O *smart power*, poder inteligente, é um conceito recente desenvolvido por Suzanne Nossel em 2004, e que propõe um tipo de poder que se equilibra entre *hard power* e *soft power*. Esse conceito promove o exercício da hegemonia derivando sua influência tanto na capacidade de agir tanto pela força quanto pelo consenso (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Por sua vez, o *soft power*, poder brando, é um conceito formulado por Joseph Nye em 1980 tem como objetivo facilitar a compreensão da política externa dos Estados Unidos, em sua essência esse poder se utiliza da persuasão para alcançar seus objetivos. O *soft power* é usualmente utilizado por países que não possuem vantagens no poderio econômico e militar, encontrando na esfera cultural a possibilidade de estruturação de interesse mutuo de outros países (RIBEIRO, 2011).

A partir de uma globalização abrangente, preconizar o uso da força, o *hard power*, em detrimento a uma aproximação menos agressiva, é pouco inteligente, pois a informação é instantânea, com uma rede de instrumentos midiáticos que mostram, através de imagens, o que acontece em cada uma das cidades, por mais pequena que ela seja (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 35).

O Quadro 1 apresenta as categorias de poder segundo Nye (2004), nas quais o *hard power* é expresso com representações de poder pelo Poder Militar e Econômico.

Quadro 1. Categorização dos tipos de poder segundo Nye (2004).

Tipo de Poder	Comportamento	Moedas Primárias	Políticas Governamentais
Poder Militar (<i>hard power</i>)	Coerção Dissuasão Proteção	Ameaças Força	Diplomacia Coercitiva Guerra Alianças
Poder Econômico (<i>hard power</i>)	Incitamento Coerção	Pagamentos Sanções	Socorro Propina Sanções
<i>Soft Power</i>	Agenda pautada pela atração	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia Pública Diplomacia Bilateral Diplomacia Multilateral

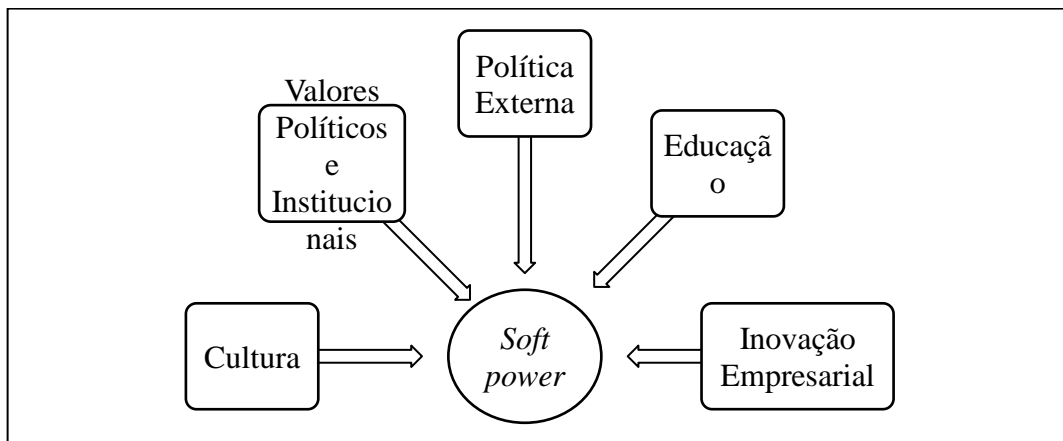
Fonte: Adaptado de Ribeiro (2017).

Na política internacional, os recursos do *soft power* são expressos por um país ou organização que se relacionam pela cultura ou práticas de procedimentos internos de outros países. As instituições e as estratégias de comunicações podem ser caracterizadas como um fator forte de disseminação da cultura através do *soft power*, a outros estados como instrumentos de poder simbólico (NYE, 2004).

Segundo Nye (2004, p. 11) “a cultura é apenas um dos três fatores que constituem o *soft power* de um país, juntamente com os seus valores políticos e a sua política externa”, mas de extrema importância uma vez que, “a cultura, aqui entendida como instrumento diplomático de política externa, proporciona ao Estado facilidades de inserção internacional de uma forma mais amena” (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 38).

Conforme propõe Ribeiro (2017) o *soft power* se utiliza de elementos/recursos como educação, valores e instituições, e até mesmo inovação empresarial, integrando-os à cultura e à política externa. A Figura 1 apresenta esses recursos.

Figura 1. Recursos de *Soft Power*.



Fonte: Ribeiro (2017).

O poder brando pode alcançar objetivos semelhantes aos outros poderes de um modo mais sutil, consistindo na habilidade de *winning hearts and minds*, ganhando corações e mentes. A diplomacia cultural possui práticas que podem propagar o *soft power*. Podem ser citados alguns estados incluindo o Brasil que notam a importância da diplomacia cultural na agenda para a promoção da imagem no cenário internacional que são eles França, Alemanha, Reino Unido, EUA e Japão, estes Estados possuem um berço cultural muito rico o que é possível facilitar os meios de executar a política externa e a diplomacia (RIBEIRO, 2011).

Nye (2004) afirma que poder brando pode ser considerado uma conquista dos estados democráticos mesmo que países que possuem regimes fechados pratiquem alguns de seus requisitos. Por meio do *soft power* esses estados democráticos se associam aos valores para a atração pessoal a um determinado país por meio de cultura, princípios políticos, instituições e as políticas de autoridade moral que são meios de políticas dignas ou inquestionável.

3 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ITAMARATY NA ÁREA CULTURAL

Diante da exposição anterior, sobre os conceitos de diplomacia cultural e as relações de poder, este capítulo procura explorar a organização do Brasil para a disseminação cultural brasileira pela via diplomática, analisando seus departamentos e estruturas responsáveis. Esse capítulo está dividido em duas partes, na qual a primeira seção apresentará o Departamento Cultural do Itamaraty, um breve histórico sobre a sua criação e a estrutura do departamento durante o governo do presidente Lula. Na segunda seção exploramos a estrutura da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa. Suas atribuições e ferramentas de aplicação. Bem como a descrição da Rede Brasil Cultural, instrumento do Ministério das Relações Exteriores para a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior.

3.1 O Departamento Cultural do Itamaraty

O Estado brasileiro possui dimensões continentais e, por consequência, possui também diversas características culturais. A extensão territorial do Brasil e suas características multiétnicas possibilitam que haja realidades culturais extremamente distintas no país, que se postas lado a lado, talvez, deem a impressão de serem vários países dentro do próprio país. Diante disso, a difusão da cultura brasileira é dividida pelas características únicas de cada um dos Estados que compõem a federação. As manifestações culturais mais comuns são representações da realidade de cada região: suas danças, literaturas e comidas típicas (ANSCHAU, 2015).

Dada a diversidade cultural e sua descentralidade, o Brasil tem um Ministério centralizador responsável por organizar e criar políticas nacionais de cultura, e também, preservar o patrimônio histórico e cultural: o Ministério da Cultura (MinC). Desde 2003, o MinC passou a ser parte integrante da diplomacia cultural do Ministério das Relações Exteriores, possuindo no Itamaraty um Departamento Cultural (DC) (ANSCHAU, 2015). Ribeiro (2017) ainda corrobora apontando que o não apenas o MinC se uniu ao MRE no objetivo de difundir a cultura do Brasil, mas também o Ministério da Educação (MEC), aliando assim cultura e educação na premissa de que são elementos indissociáveis.

Sobre o DC, e destacando sua criação e atuação ainda recentes no âmbito das relações internacionais do Brasil, Finzetto (2017, p. 51) aponta que:

o Ministério das Relações Exteriores conta com uma estrutura institucional especializada nas ações de política cultural externa do país. Trata-se do Departamento Cultural (DC). Entretanto, a criação de um departamento exclusivo aos temas ligados à área cultural, no âmbito do Itamaraty, é fenômeno relativamente recente.

Em 1994, a fim de formalizar essa tríplice aliança entre os ministérios, foi assinado o Ajuste Tripartite pelo MRE, o MinC e o MEC. Na primeira cláusula desse ajuste se apresenta seu objetivo:

O objetivo do presente Ajuste é o de estabelecer cooperação entre o MRE, o MEC e o MINC para o fortalecimento da gestão e o funcionamento de Centros de Estudos Brasileiros (CEBs) e Leitorados no Exterior, com vistas à difusão da língua portuguesa e a cultura brasileira (BRASIL, 1994).

O MinC já participava da diplomacia cultural do Brasil ainda quando era denominado de Conselho Federal da Cultura, durante o regime militar. Este conselho foi criado em 1967 e tinha a atribuição de definir a política cultura brasileira por meio de campanhas nacionais e intercâmbios internacionais. Durante esse período, a cultura no Brasil recebeu incentivos da parte do Governo Militar, por exemplo, com a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1972, e do Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973. O período entre os anos 1975 e 1980 também foi marcante para a formulação de bases para a difusão cultural, com a implantação do Plano Nacional de Cultura (PNC), que posteriormente daria origem Ministério da Cultura. Então no fim da década de 1980, o Itamaraty, em conjunto com o MinC e o MEC, dá início a acordos, em matéria de cooperação horizontal, com outros órgãos do Estado brasileiro envolvidos no campo da cultura (RIBEIRO, 2017).

Garcia (2015, p. 67) menciona que:

Dando início as suas atividades em 1961, o departamento passou por várias reformas, sendo primeiramente responsável por difundir informações sobre o Brasil no exterior e demonstrar para a opinião pública as ações internacionais brasileiras, logo mais, em 1968, o departamento mudou o foco para os intercâmbios científicos e em 1978 voltava a sua atenção para o cinema e a televisão como forma de divulgar a realidade brasileira.

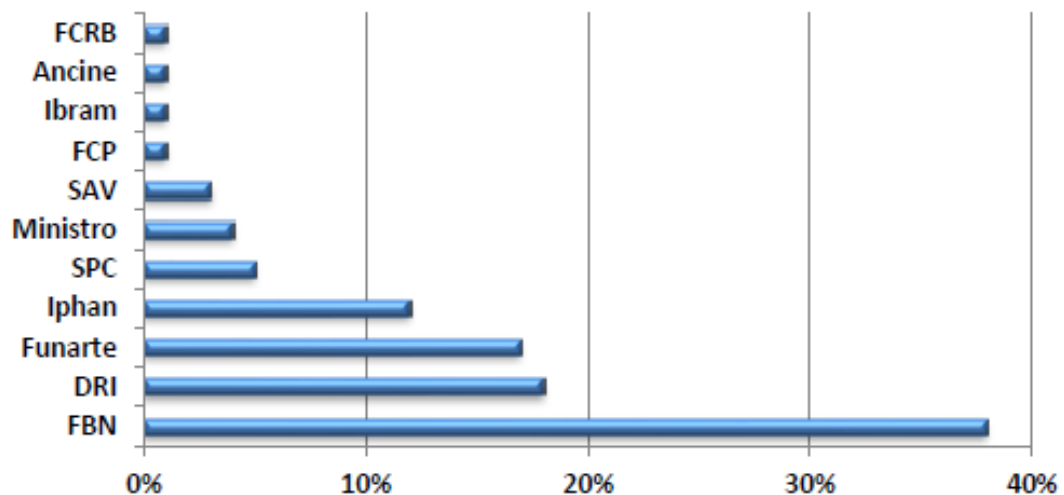
Outro marco importante foi a criação do MERCOSUL em 1991 gerando grande expectativa diante da possibilidade de maior integração econômica entre os países participantes. O estabelecimento do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL e o Fundo MERCOSUL Cultural, demonstra a visão da necessidade de fortalecer as relações culturais dos países. Para Garcia (2015, p. 55) “o protocolo baseia-se, portanto, na consciência de que a

integração cultural auxilia nos processos de integração e de que as interações culturais beneficiam o fortalecimento de valores democráticos e de convivência em sociedade”.

No período entre 2003 a 2010, Governo Lula, o volume de atividades desenvolvidas em parceria entre o MinC e o MEC na difusão da cultura brasileira teve significativo aumento. Segundo Novais (2013), um mapeamento revelou que foram realizadas 875 ações relacionadas à diplomacia cultural do Brasil por parte do MinC no período citado acima, do total das atividades desempenhadas 56% tem relação com a Diplomacia Bilateral e 44% com a Multilateral, das quais a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) realizou o maior contingente de ações com um percentual de 41%, no que diz respeito à diplomacia cultural do país em relação às demais unidades do MinC consideradas. Em seguida, a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) obteve a segunda colocação com 18%, seguida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) com 13%. A Secretaria de Políticas Culturais (SPC) e a Secretaria de Audiovisual (SAV) obtiveram, respectivamente, 5% e 2%.

O Gráfico 1 apresenta o percentual de participação dos Departamentos e Institutos que compõem o MinC na diplomacia cultural brasileira.

Gráfico 1. Índice percentual de participação do Ministério da Cultura do Brasil na diplomacia cultural brasileira no período 2003-2010.



Fonte: Novais (2013).

O DC é, tradicionalmente, responsável pela difusão da cultura brasileira no exterior, cujas atribuições principais “auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural” (BRASIL, 2014).

O Departamento Cultural do Itamaraty, responsável pela difusão da cultura brasileira no exterior, está organizado em cinco unidades: a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), a Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), a Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), a Divisão de Temas Educacionais (DCE), e a Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV). Sendo responsabilidade do DC negociar acordos, estabelecer e organizar as ações de eventos culturais desenvolvidas no exterior (FINZETO, 2017).

Essa estrutura do departamento permaneceu mesmo com o fim dos mandatos do Presidente Lula e configura-se na mais longa formação da história do Departamento Cultural, preservando a sua estrutura até o ano de 2017, todavia diante das mudanças na presidência é possível que passe por reestruturações (FINZETO, 2017).

O Quadro 2 apresenta de forma sucinta as principais atribuições de cada uma das divisões do departamento.

Quadro 2. Composição do Departamento Cultural do Itamaraty.

Nome da divisão	Atribuições
Divisão de Promoção do Áudio-Visual (DAV)	Divulga, promove e apoia o cinema nacional, as produções independentes de TV e a publicidade brasileira no exterior. Também auxilia a participação brasileira em eventos estrangeiros, enviando profissionais e seus materiais, além de incentivar jovens talentos.
Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC)	Participa na formação de acordos multilaterais, coordena a atuação brasileira no âmbito da UNESCO e atende as questões culturais em organismos multilaterais como o MERCOSUL, a OEA, a UNASUL, etc.
Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC)	Promove a cultura brasileira, participando na elaboração de acordos culturais. Tem o objetivo de diminuir estereótipos e criar relações mais harmoniosas. Através do Programa de Divisão Cultural, cria uma política cultural unificada junto ao MinC para as áreas de arquitetura, design, artes cênicas, artes plásticas, dança, capoeira, fotografia, literatura, música, teatro e gastronomia. Também participa na realização de eventos e auxilia artistas brasileiros a participarem de eventos internacionais.
Divisão de Temas Educacionais (DCE)	Trata de assuntos relacionados a cooperação educacional, participa de negociações e acordos referentes ao tema e divulga oportunidades de bolsas de estudos e empregos. Também ajuda a coordenar, junto ao MEC e ao MCT, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, o Programa de Estudantes-Convênio de PósGraduação e o Ciência sem Fronteiras.
Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP)	Auxilia na difusão da língua portuguesa através dos Centros Culturais, Núcleos de Estudos, Litorados e Comunidades Brasileiras no exterior, que formam a Rede Brasil Cultural. Também faz a aplicação do Celpe-Bras (certificado brasileiro de proficiência em português) em parceria com o INEP.

Fonte: Adaptado de Garcia (2015).

O DC conta ainda com a Coordenação de Divulgação (DIVULG), cuja responsabilidade principal é propagar informações sobre a política externa, cultura e questões da atualidade do Brasil no exterior por meio de programas de rádio, publicações, e pelo próprio site do Itamaraty, além de contar com os programas: Divulgação da Realidade Brasileira e Formadores de Opinião.

Segundo o MRE:

A Coordenação de Divulgação (DIVULG) é o órgão do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores responsável pela disseminação de informações sobre a política externa do Brasil no exterior, pela divulgação da cultura e da atualidade brasileiras no mundo e pelo compartilhamento, no Brasil, de aspectos das políticas públicas de outros países que contribuam para nosso debate interno (BRASIL, 2016).

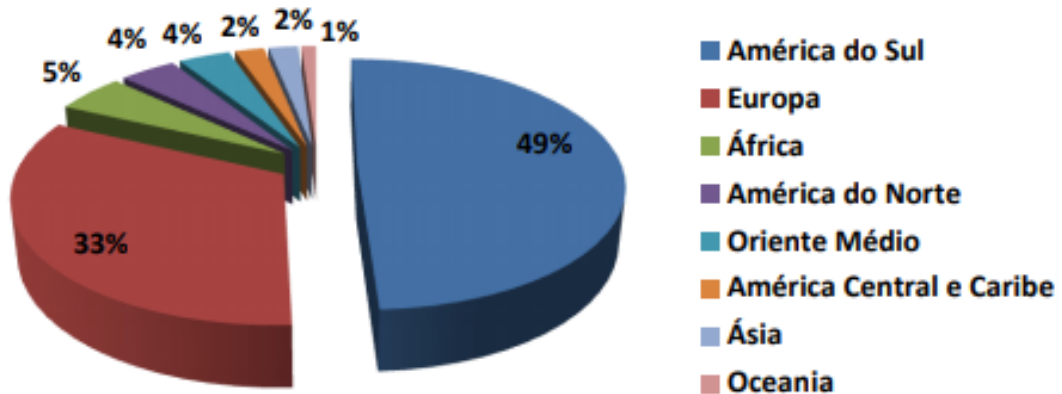
De acordo com o próprio MRE (BRASIL, 2014), o DC atua em duas frentes: a bilateral e a multilateral. No âmbito da Diplomacia Bilateral, o departamento é responsável por elaborar, negociar e manter os acordos culturais; responsável também por acompanhar e orientar a Rede Brasil Cultural; e, por fim, pelo repasse de recursos destinados a ações de difusão cultural. No âmbito multilateral, sua atuação abarca, principalmente, a responsabilidade nas ações do Brasil em organismos multilaterais (Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Organização Mundial do Comércio etc.).

Sobre a atuação do DC, Novais (2013, p. 76) afirma que:

O Departamento Cultural advoga que relações culturais ajudam na compreensão e aproximação entre povos. Desse modo, a cultura contribui para criação de ambiência propícia ao entendimento intercultural por meio do diálogo de ideias, experiências e patrimônio no que diz respeito ao campo diplomático. Nesse prisma, o trabalho do Departamento Cultural do Itamaraty é norteado pela atuação em três campos: cultura, educação e esporte.

Novais (2013) apresenta um mapeamento do trabalho das Divisões do DC, no qual foram levantados 2173 projetos realizados por parte das seis Divisões do ano de 2003 até 2010. O Ministério da Cultura desenvolveu ações em todos os continentes, com preponderância na América do Sul quando comparados aos demais continentes. Os países sul-americanos receberam 49% do total de ações realizadas pelo MinC consoantes à diplomacia cultural do Estado brasileiro. Em seguida vem a Europa aparece como o segundo território de maior atuação desse Ministério com 33%, a África está em terceiro lugar com 5% do total de atividades. Nos demais continentes: América do Norte (5%), América Central e Caribe (2%), Ásia (2%) e Oceania (1%).

Gráfico 2. Índice percentual de participação do Ministério da Cultura do Brasil na diplomacia cultural brasileira em cada continente no período 2003-2010.

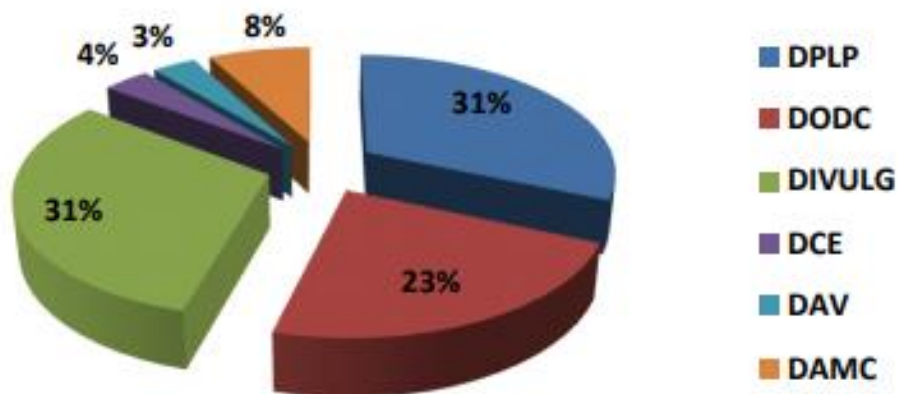


Fonte: Novais (2013).

Percebe-se que além da região sul-americana, a Europa é território prioritário da diplomacia cultural brasileira realizada pelo Ministério da Cultura. Quanto a atuação do MinC nas cidades brasileiras se contabilizou um total de 154 cidades contempladas com 598 ações, das quais Palmas, a capital tocantinense, está incluída. Tendo recebido entre os anos de 2003 e 2010 5 ações do MinC através da FBN (Novais, 2013).

O Gráfico 3 apresenta o percentual de atuação do DC do MRE do Brasil no mundo no período 2003-2010 dividido em cada uma das Divisões. O Gráfico 3 demonstra que a difusão da língua portuguesa, por parte do DPLP, é uma prioridade do DC. Por este motivo, este TCC irá focar nos trabalhos e projetos desenvolvidos por este departamento.

Gráfico 3. Percentual de atuação das Divisões do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no mundo no período 2003-2010.



Fonte: Novais (2013).

3.2 Divisão de Promoção da Língua Portuguesa

Até este tópico do Capítulo 2 exploramos o conceito de diplomacia cultural, a estrutura do DC do Itamaraty e sua relação com MEC e MinC, e iniciamos a análise da prioridade do DC na promoção da língua portuguesa no exterior, como ferramenta de *soft power*. Diante disto, o propósito desse item é apresentar a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa.

Para Ribeiro (2011, p. 31), a depender das realidades de cada país, a diplomacia cultural irá abranger os seguintes aspectos:

- a) Intercâmbio de pessoas; b) promoção da arte e dos artistas; c) ensino de língua, como veículo de valores; d) distribuição integrada de material de divulgação; e) apoio a projetos de cooperação intelectual; f) apoio a projetos de cooperação técnica; g) integração e mutualidade na programação.

A língua, conforme menciona o autor, dada relação intrínseca com a cultura de uma nação se configura como ferramenta estratégica, por meio do seu ensino, para a divulgação de valores culturais. Políticas Externas balizadas no conceito de *soft power*, que priorizam a sutileza da persuasão obtém sucesso nessa disseminação cultural, e na conquista de cooperação internacional, com a utilização dessa ferramenta. O autor ainda destaca que:

[...] o investimento em políticas linguísticas que focalizem na internacionalização do idioma seja o mecanismo mais oportuno, hodiernamente, para o exercício do poder brando, uma vez que a língua, conforme explanado diversas vezes neste trabalho, traz consigo todo um repertório identitário e cultural (RIBEIRO, 2017, p. 73).

Para Ribeiro (2011, p. 112) “todos os países atuantes no cenário cultural internacional privilegiam a difusão de sua língua” e, Beckhauser (2018) citando a França, a Grã-Bretanha, a Espanha e, mais recentemente, a China, confirma o exposto pelo autor destacando que esses países intensificaram o uso da língua como ferramenta para ganhar maior atenção dos Estados na intenção de estabelecer sua estratégia internacional.

Nessa perspectiva, no DC faz parte das atribuições da DPLP a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil, bem como a coordenação da gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. Faz parte da estrutura do DPLP a chamada Rede Brasil Cultural, atualmente presente em mais de quarenta países de todos os continentes, formada por vinte e quatro Centros Culturais, cinco Núcleos de Estudo e cerca de quarenta leitorados, com o objetivo de difundir a língua portuguesa no exterior (FINZETTO, 2017).

Segundo o Balanço da política externa – 2003-2010 (BRASIL, 2011, s.p.), a DPLP tem, especificamente, os seguintes objetivos:

Promover o aprendizado da Língua Portuguesa falada no Brasil, mediante a coordenação e o acompanhamento das atividades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, constituída pelos Centros Culturais Brasileiros, Institutos Culturais, Leitorados Brasileiros e Núcleos de Estudos Brasileiros;
 Difundir a cultura brasileira por meio da divulgação da História e das artes do Brasil, com base na realização de estudos, pesquisas, seminários, mostras, exposições, simpósios, festivais e similares; e
 Acompanhar a aplicação, nas unidades da Rede Brasileira de Ensino no Exterior credenciadas pelo MEC, dos exames para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

O principal mecanismo utilizado pela DPLP para a difusão do idioma é a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (REBx). Esta Rede atua através dos Centros e Institutos Culturais Brasileiros no Exterior, do Programa Leitorados e do apoio a instituições sem fins lucrativos conveniadas aos Postos Brasileiros no Exterior, cujo objetivo é promover o ensino da língua portuguesa (GOMES, 2015).

3.2.1 Rede Brasileira de Ensino no Exterior

A RBEx, hoje Rede Brasil Cultural, é composta pelos Centros Culturais do Brasil (CCB), Institutos Culturais bilaterais (IC) e Leitorados brasileiros, sendo gerenciada pela DPLP. Os CCB têm o objetivo de difundir a literatura e cultura brasileiras através do ensino do português, e constituem o principal instrumento público de promoção do português falado no Brasil. Os IC são organizações de direito privado sem fins lucrativos, presentes nas capitais da Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Itália, Uruguai e Venezuela. Trabalham em conjunto com as Missões diplomáticas e consulares brasileiras do seu local de sede. Os leitorados, por sua vez, formam uma rede de professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, atuando em conceituadas universidades estrangeiras. Esses profissionais passam por uma seleção do MRE e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência do MEC (CARVALHO, 2012).

Sintetizando as instituições constituintes da RBEx, Diniz (2012a) desenvolveu um quadro resumo, apresentado a seguir.

Quadro 3. Apresentação dos CCB, IC e da Rede de Leitorados.

Entidade	Atribuição
Centros Culturais Brasileiros (CCB)	Instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituindo o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à coedição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão Cultural Brasileira, como palestras, seminários e outros.
Institutos Culturais Bilaterais (IC)	Entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas.
Rede de Leitorados	Rede de professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, que atuam em conceituadas universidades estrangeiras. Adicionalmente, o Departamento Cultural colabora com diversas outras instituições acadêmicas estrangeiras que desenvolvem trabalhos voltados para o estudo de temas brasileiros. Concede, ainda, auxílio financeiro para os Núcleos de Estudos Brasileiros de Austin, Leiden e Berlim. Além de prestar apoio financeiro, o Departamento Cultural procura contribuir para as atividades desenvolvidas, facilitando intercâmbios e doações de material cultural.

Fonte: Diniz, 2012a.

Diniz resume bem a estrutura que dá suporte ao RBEx:

O Estado brasileiro, por sua vez, se lança, cada vez mais, na promoção de sua língua nacional no exterior, através de ações implementadas, sobretudo, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Itamaraty, e pelo Ministério da Educação (MEC). O primeiro atua na divulgação do português através da Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), composta, fundamentalmente, por Centros Culturais Brasileiros, Institutos Culturais Bilaterais e leitorados brasileiros. A RBEx é, atualmente, subordinada à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), que, por sua vez, está alocada no Departamento Cultural do Itamaraty (DINIZ, 2012b, p. 438).

3.2.2Centros Culturais Brasileiros

No que se refere aos CCB, Beckhauser (2018) apresenta uma informação importante: entre os anos de 2003 a 2013 houve um aumento de 34,5% de novos CCB, promoção do português em nível internacional, resultado da política externa brasileira de aproximação com os países latinos e africanos.

O autor ainda destaca que atualmente o Brasil conta com 24 CCB funcionando. O Centros foram fundados a partir de 1958 e distribuídos em quatro continentes. O Quadro 4 apresenta os CCB.

Quadro 4. Centros Culturais Brasileiros.

Região	País	Cidade	Centro Cultural	Data de fundação	Governo
América do Sul	Bolívia	La Paz	CBB-Bolívia	1958	J.K.
	Chile	Santiago	CBB-Chile	1960	J.K.
	Guiana	Georgetown	CBB- Guiana	1970	Médici
	Paraguai	Assunção	CBB-Paraguai	1974	Geisel
	Peru	Lima	CBB-Peru	1962	João Goulart
	Suriname	Paramaribo	CBB-Suriname	1983	João Figueiredo
América Central e Caribe	El Salvador	São Salvador	CBB-El Salvador	1986	José Sarney
	Haiti	Porto Príncipe	CBB-Haiti	2008	Lula
	Nicarágua	Manágua	CBB-Nicarágua	1981	João Figueiredo
	Panamá	Cidade do Panamá	CBB-Panamá	2008	Lula
	República Dominicana	São Domingos	CBB-República Dominicana	2008	Lula
América do Norte	México	Cidade do México	CBB-México	1975	Geisel
África	África do Sul	Pretória	CBB-África do Sul	2008	Lula
	Angola	Luanda	CBB-Angola	2003	Lula
	Cabo Verde	Praia	CBB-Cabo Verde	2008	Lula

	Guiné- Bissau	Bissau	CBB-Guiné-Bissau	1986	José Sarney
	Moçambique	Maputo	CBB-Moçambique	1989	José Sarney
	São Tomé e Príncipe	São Tomé	CBB-São Tomé e Príncipe	2008	Lula
Europa	Espanha	Barcelona	CBB-Barcelona	1963	João Goulart
	Finlândia	Helsinki	CBB-Finlândia	2001	F.H.C.
	Itália	Roma	CBB-Itália	1978	Geisel
Ásia e Oriente Médio	Líbano	Beirute	CBB-Líbano	2011	Dilma Rousseff

Fonte: Diniz (2012).

O quadro acima elaborado por Diniz (2012) apresenta os CCB fundados até 2011, sendo 11 no total, em 2013 foram fundados o Centro Cultural Brasil-Israel e Centro Cultural Brasil-Argentina (BECKHAUSER, 2018). Diniz (2012a), destaca que os CCB são considerados “o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior”. Contudo, apesar deste papel principal dos CCB, os leitorados, constituem uma parcela significativa das populações locais, no âmbito das comunidades acadêmicas formadoras de opinião.

3.2.3 Institutos Culturais Bilaterais

Os IC são instituições constituídas e sustentadas pelos governos com o objetivo de difundir sua cultura, sua língua e seus valores políticos aos públicos estrangeiros. A metodologia que estrutura essa exposição cultural é, em geral, desenvolvida pela promoção de aulas de idioma, exposições artísticas, mostras de cinema, apresentações culturais e a implantação de bibliotecas e miatecas para distribuírem materiais do seu país de origem (SARAIVA, 2017).

Os primeiros passos no sentido de criar esses IC se deram na Europa, nos quais a maioria das organizações formadas eram de iniciativas informais com a presença de diplomatas ou membros do serviço exterior em seus quadros constituintes (SARAIVA, 2017; MADEIRA FILHO, 2016).

Sobre as características das primeiras IC, Madeira Filho (2016, p. 53) destaca que:

O processo de criação e instalação por alguns países europeus de estruturas ou organizações voltadas para a difusão cultural, a partir do último quartel do século XIX, é conduzido inicialmente por associações filantrópicas e agremiações de intelectuais simpatizantes das causas culturais, que veem na disseminação da língua e das artes um vetor de importância para construir um ambiente de cooperação social e de convivência pacífica entre os povos. Esse caráter privado das instituições não deixa de refletir, de certa forma, para quem se debruça sobre o tema, a desconfiança dos governos, naquela altura, em relação à promoção das relações culturais.

A participação estatal nessas instituições só começou depois de passados alguns anos, com as relações internacionais torando-se muito mais expressivas, então os governos assumiram o controle dessa ferramenta de política cultural. De modo que os IC emergiram nesse novo contexto das relações internacionais como um dos principais modelos de estrutura de disseminação cultural (SARAIVA, 2017).

Os autores citados acima destacam importantes instituições que marcaram essa estrutura de promoção cultural. Iniciando pela Aliança Francesa que foi pioneira nesse campo e seu modelo, criada em 1883 com o objetivo de estabelecer vínculos de simpatia e afinidade com outros países por meio do ensino da língua francesa. Modelo este que continua sendo replicado por outras nações. E além da Aliança Francesa destaca-se a British Council, o Instituto Goethe e o Instituto Confúcio, institutos com forte presença global e que representam relevantes exemplos da instrumentalização da diplomacia cultural (SARAIVA, 2017; MADEIRA FILHO, 2016).

No Brasil, a criação da maioria dos IC remonta à privatização de antigos CCB, nos quais a maioria foram desligados do MRE tanto jurídica quanto administrativamente na década de 1990. E se há algumas décadas muitos CCB foram privatizados, atualmente a ação cultural do Itamaraty, consiste na substituição gradual dos IC por CCB e na reorganização de suas atividades (DINIZ, 2012).

O Quadro 5 apresenta os IC em funcionamento até dezembro de 2011.

Quadro 5. Distribuição dos Institutos Culturais Bilaterais.

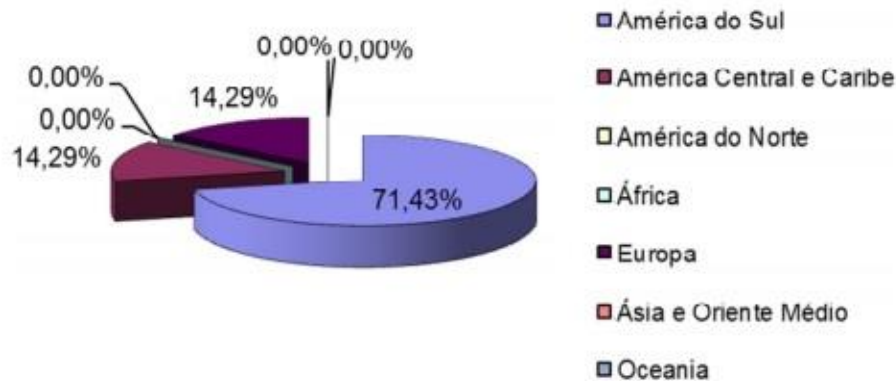
Região	País	Cidade	Instituto	Fundação	Privatização
América do Sul	Argentina	Buenos Aires	Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB)	1954 (Getúlio Vargas)	1996 (FHC)
	Colômbia	Bogotá	Instituto Cultural Brasil-Colômbia (IBRACO)	1962 (João Goulart)	1996 (FHC)
	Equador	Quito	Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (IBEC)	1962 (João Goulart)	1996 (FHC)
	Uruguai	Montevidéu	Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (ICUB)	1940 (Getúlio Vargas)	

	Venezuela	Caracas	Instituto Cultural Brasil-Venezuela (ICBV)	1971 (Emílio Médici)	1994 (Itamar Franco)
América Central e Caribe	Costa Rica	São José	Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros (FCDEB)	1971 (Emílio Médici)	1994 (Itamar Franco)
Europa	Itália	Milão	Instituto Cultural Brasil- Itália (IBRIT)	1962 (João Goulart)	1997 (FHC)

Fonte: Adaptado de Diniz (2012).

Em sua dissertação Diniz (2012) apresenta em percentual a distribuição de IC no mundo (Gráfico 4), por meio do qual é possível atestar que 85,72% dessas instituições estão locadas na América, nos quais 71,43% deste percentual é na América do Sul e 14,29% na América Central e Caribe. Já a Europa conta com 14,29% dos IC. A África, Ásia, Oriente Médio e Oceania são regiões sem a presença dessas instituições.

Gráfico 4. Distribuição dos IC no mundo.



Fonte: Diniz (2012).

No que diz respeito a função e relevância dos IC, Saraiva (2017, p. 48) pondera que “a relevância do estabelecimento de IC no estrangeiro para a diplomacia pública e cultura de um país é o estabelecimento de relações bilaterais”. Madeira Filho (2016) apresenta posicionamento semelhante apontando que o êxito da diplomacia cultural com o uso desse instrumento se dá no estabelecimento de uma relação de troca mútua de informações e valores. A autora cita ainda que os agentes culturais responsáveis pela promoção da língua e dos valores nacionais, além de difundir “[...] podem e devem haurir os elementos disseminadores de cultura do estado hospedeiro, de modo a criar uma dinâmica benéfica para as relações bilaterais em sua totalidade” (MADEIRA FILHO, 2016, p. 51).

3.2.4 Rede de Leitorados

Segundo o próprio Itamaraty a Rede de Leitorados é composta por professores universitários que atuam em instituições estrangeiras de ensino superior, promovendo a língua e a cultura brasileiras. Os professores interessados passam por um processo de seleção, as vagas são oferecidas por meio de edital, publicado pelo MRE e pela Capes. A Capes é responsável pela pré-seleção dos candidatos e pela submissão de uma lista tríplice às universidades, que então escolhem o leitor em definitivo. Os professores selecionados recebem bolsa do Itamaraty, além de contrapartidas fornecidas pelas instituições de ensino a que se vinculam (BRASIL, 2019).

O Programa de Leitorado, de acordo com Diniz (2012) surgiu na década de 1960, com o propósito de difundir a cultura e o português brasileiros em universidades do exterior. Hoje, o Leitorado enquanto profissão é regido pela portaria interministerial nº 1 de 20 março de 2006. Embora essa normativa defina a função ainda é vaga no que tange as atribuições do Leitor no seu sentido mais prático. A DPLP promoveu ao longo dos anos o desenvolvimento e consolidação da profissão e tem contribuído diretamente na garantia dos recursos para potencializar as atividades culturais realizadas no âmbito dos Leitorados. Atualmente, os leitores são contratados sob o regime de convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e as universidades estrangeiras que sediam o programa. O contrato tem é valido por um período de dois anos – prorrogáveis por mais dois (SÁ, 2009; OLIVEIRA, 2018).

Sá (2009, p. 35) ainda menciona o empenho da DPLP na profissionalização do Leitorado no Brasil:

Deve-se a esta secretaria a profissionalização do Leitorado, o que é notável. O Leitor hodierno não tem mais a característica informal, quase filantrópica de antes. Hoje os Leitores são profissionais qualificados que passaram por uma seleção rigorosa em nível nacional e internacional. Obviamente a mudança é positiva já que passou a se dar mais valor à formação dos candidatos.

Oliveira (2018, p. 254) aponta que “de modo geral, o Programa de Leitorado concentra seus esforços em regiões prioritárias à diplomacia nacional e, neste sentido, torna-se um planejamento linguístico altamente estratégico ao governo brasileiro”. E Sá (2009) menciona que em 2009 a rede de Leitorados do Brasil contava com 42 programas distribuídos em 30. De acordo com Diniz (2012), até dezembro de 2011 estavam em atividade 67 postos de leitorado, distribuídos por 64 instituições de 41 países. Em 2014, segundo Ferreira (2014), o número era

de 68 professores-leitores brasileiros em 63 universidades. Atualmente, o Brasil conta com 21 leitorados em atividade em 17 países, o Quadro 6 lista quem são e as Universidades onde atuam.

Quadro 6. Leitores brasileiros e Universidades onde atuam.

País	Universidade/Instituição	Leitor(a)
África do Sul	Universidade de Pretória	Fernanda Kraemer
Alemanha	Universidade de Heidelberg	Gustavo Gomes Araujo
Cabo Verde	Universidade de Cabo Verde	Gildaris Ferreira Padim
Canadá	Universidade British Columbia	Pedro Lázaro
China	Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão	Bruna Morelo
	Universidade de Pequim	Tarsila Borges
Dinamarca	Universidade de Aarhus	Camila Dilli
Estados Unidos	Universidade Harvard	Everton da Costa
	Universidade da Califórnia - Davis	Eugênia Fernandes
	Universidade de Pittsburgh	Luana Reis
França	Universidade Clermont Auvergne	Ailton Rezende Sobrinho
	Universidade Paris III	Tatiana Matzenbacher
Hungria	Universidade Eotovos Lorand	Priscilla Lopes Del Rei
Índia	Universidade Jawaharlal Nehru	Arizângela Figueiredo
Israel	Universidade Hebraica de Jerusalém	Joyce Silva Fernandes
México	Instituto Politécnico Nacional	Andressa Dorásio Pereira
Moçambique	Universidade Eduardo Mondlane	José Eduardo Marco Pessoa
Paraguai	Universidade Nacional de Assunção Colégio Experimental Paraguai – Brasil	José Maria Rodrigues
Reino Unido	King's College London	Daniela Doneda Mittelstadt
Tailândia	Universidade Chulangkorn	João Bernardo Filho
Vietnã	Universidade de Hanói	Pamela Andrade

Fonte: Brasil (2018).

3.2.5 Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa

Dentre as ações da Rede Brasil Cultural está a Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELP-Bras). Organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o CELPE-Bras avalia a compreensão oral, a compreensão escrita, a produção oral e a produção escrita da Língua Portuguesa, e é conferido em quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. E constitui a única certificação de proficiência em língua portuguesa outorgada e reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro (BRASIL, 2018).

A aplicação do exame ocorre duas vezes ao ano, em postos aplicadores no Brasil e, com o apoio do MRE, no exterior. O Itamaraty em parceria com o INEP envia e recebe as provas,

por meio de mala diplomática. O MRE também auxilia no cadastramento de novos postos aplicadores no exterior, facilitando a interlocução entre estes e o INEP (BRASIL, 2018).

O exame é estruturado em duas etapas: a primeira consiste em uma avaliação escrita, com duração de 3 horas e composta por duas tarefas integrando compreensão oral e produção escrita e duas tarefas integrando leitura e produção escrita; e a segunda é uma avaliação oral, com duração de 20 minutos e composta por interação a partir de atividades e interesses mencionados pelo examinando na ficha de inscrição e conversa sobre tópicos do cotidiano, de interesse geral, com base em elementos provocadores. Para obter o certificado, o candidato deve alcançar desempenho no mínimo intermediário em ambas as partes do Exame (BRASIL, 2018).

Em 2018, segundo o INEP (2018), foram realizadas 7.448 inscrições e aplicação foi realizada em 36 países em 60 postos aplicadores no exterior e em 28 no Brasil. No Brasil as provas foram aplicadas em todas as regiões do país, e no exterior os países onde ocorreram as aplicações foram: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Cabo Verde, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana, Guiné Bissau, Itália, Japão, Líbano, México, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Suíça, Suriname, Uruguai e Venezuela.

4 A DIPLOMACIA CULTURAL COMO INSTRUMENTO AUXILIAR DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

O presente capítulo, estrutura-se como um estudo descritivo da Política Externa Brasileira (PEB) durante os anos do Governo Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). O objetivo deste capítulo é contextualizar a Política Externa Brasileira entre os anos de 2003 e 2010 e relacionar essa política aos conceitos já explorados até aqui: a Diplomacia Cultural, sua abrangência e estrutura, e como foi utilizada como ferramenta de *Soft Power* pela diplomacia do Governo Lula.

Diante da mudança presidencial em 2003, com figuras e partidos com ideologias bastante distintas seria quase impossível não iniciar as reflexões do capítulo propondo uma comparação entre a PEB nos dois governos. Contudo, é imprescindível destacar que essa comparação é, em certo sentido, imprecisa, uma vez que se trata de sistemas internacionais distintos. Os estudiosos brasileiros e internacionais têm posições diferentes quanto a percepção da PE do Brasil durante essa transição.

Vigevani e Cepaluni (2007), destacam que as mudanças mais perceptíveis tiveram relação com as prioridades da presidência do país. Nas palavras do próprio presidente eleito, em sua posse, mudança seria a palavra-chave.

Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar (LULA DA SILVA, 2003, p. 27-28).

Enquanto para uns, a chegada ao poder do governo Lula foi marcada pela mudança provocada na política externa brasileira, principalmente, na incorporação de uma agenda social na política externa, e também pela adoção de uma postura mais assertiva em relação à reforma de instituições multilaterais (SOARES DE LIMA; HIRST, 2006). Outros não veem tanta ruptura entre a PE do novo presidente eleito e de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, uma vez que houve continuidade em algumas iniciativas já tomadas na administração anterior, e que apesar de algumas metas terem sido alteradas, a essência da PE, no geral, manteve dois objetivos em comum: a busca pelo desenvolvimento econômico e a autonomia (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A eleição do Presidente Lula ocorreu em um momento de busca de novas respostas políticas e econômicas para os problemas com que se defrontam os países da América

do Sul. A deterioração de indicadores sociais na região expunha as limitações do modelo neoliberal, centrado na fé cega na abertura de mercados - unilateral, em alguns casos - e na retração do papel do Estado. A natureza ilusória da crença de que tais modelos produziram desenvolvimento sustentável ficou patente com as crises sociopolíticas na região. Por seu compromisso com a democracia, por sua preocupação com a dimensão social do desenvolvimento, o Presidente Lula passou a simbolizar não apenas a aspiração de brasileiros por desenvolvimento com justiça social, mas a de muitos outros em nossa região e além dela (BRASIL, 2019, s.p.).

Quanto a ideia introduzida acima por Soares de Lima e Hirst, (2006), sobre a incorporação de uma agenda social na política externa, Oliveira (2014) concorda que essa primícia adotada no governo Lula foi não apenas marcante, como também alcançou benefícios.

O governo Lula da Silva logrou benefícios na sua política externa porque decidiu colocar a questão social no coração do Estado brasileiro ao aprofundar e criar amplos programas sociais domésticos de inclusão de famílias e indivíduos no mercado consumidor. Esta decisão estratégica realizada pelo governo Lula da Silva em um contexto histórico de crise econômica e social, colocou o Brasil e outros países em desenvolvimento (Rússia, China, Índia e África do Sul) em uma posição internacional de destaque. Isso porque ter acesso a esses novos mercados consumidores do Sul pode propiciar ganhos econômicos relevantes (OLIVEIRA, 2014, p. 16).

Boa parte das iniciativas do governo Lula situaram-se na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, dos quais pode-se destacar: Índia, África do Sul, China e Rússia. Além disso, as relações com a América do Sul também merecem particular atenção (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Enquanto no governo de Fernando Henrique Cardoso as proposições neoliberais do “Consenso de Washington” pautavam as relações com as nações desenvolvidas, principalmente os Estados Unidos e os países da União Europeia, no Governo Lula o país procurou estabelecer relações com países emergentes e/ou vizinhos, e que possuíam alguma identidade cultural com o Brasil, procurando reordenar a distribuição de poder cenário internacional (BIJOS; ARRUDA, 2010).

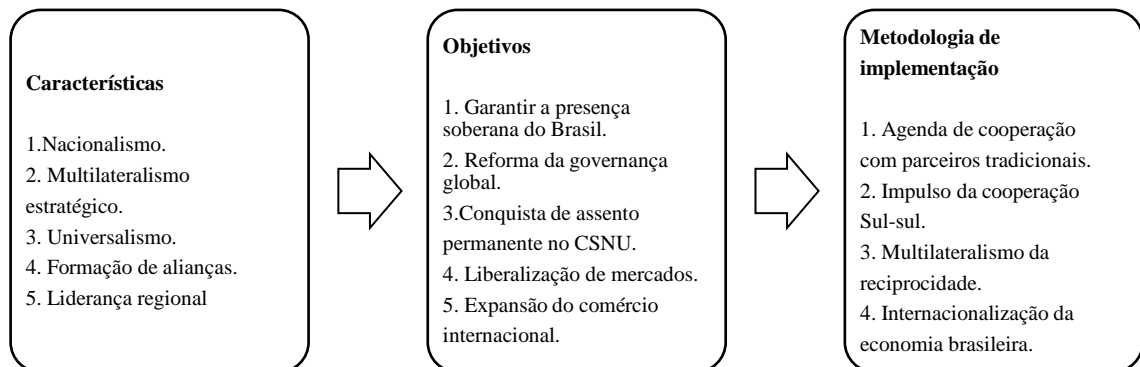
Na PEB do Governo Lula também é reiterado pelos discursos ministeriais e presidenciais o reconhecimento da política externa como instrumento de promoção do desenvolvimento, assim como são retomados e aprofundados princípios de ação inaugurados durante a vigência do paradigma desenvolvimentista, como o universalismo das relações internacionais e a busca de parceiros independentemente de credos, cores ou origens. Isso significa que não apenas a atividade multilateral brasileira é intensificada, como também crescem as redes de relações bilaterais do país, o que fica expresso no número de postos brasileiros no exterior, expandido de 150 em 2002 para 230 em 2010; assim como no número de viagens internacionais a potenciais e efetivos parceiros internacionais efetuadas pelo Presidente Lula, em número de 259 para 83 nações diferentes, e pelo Ministro das Relações Exteriores

Celso Amorim, em número de 467 para 101 nações em todos os continentes (AMORIM, 2010 apud BRANDÃO, 2012, p. 70).

Quanto às características gerais da PEB do governo Lula, Notari (2017) aponta que as opiniões de historiadores e analistas de política externa convergem para a manutenção de cinco características fundamentais na condução da PEB, durante os dois mandatos: o nacionalismo; o multilateralismo estratégico; o universalismo; a formação de alianças e cooperação Sul-Sul; e a busca de liderança regional. No que diz respeito aos objetivos, a autora destaca que os discursos dos principais formuladores e executores da política externa do governo Lula demonstravam que a PEB estava voltada a: garantir a presença soberana do Brasil no mundo; reformar a governança global; conquistar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; liberalizar os mercados agrícolas mundiais; e expandir o comércio internacional do Brasil.

Notari (2017), também sintetiza a estrutura metodológica elaborada para atingir os objetivos pretendidos, em quatro principais métodos: impulso à cooperação Sul-Sul e à formação de novas coalizões e parcerias; busca de agenda de cooperação com parceiros tradicionais; multilateralismo da reciprocidade; internacionalização da economia brasileira. A Figura 2 resume o apresentado nos dois parágrafos acima, as características, objetivos e métodos de implementação da política externa de Lula.

Figura 2. Características, objetivos e métodos de implementação da política externa de Lula



Fonte: Notari (2017).

Para Oliveira (2014) a mudança mais aparente na PEB teve relação com os principais países em desenvolvimento. De acordo com o autor:

[...] a mudança prática mais aparente na política externa brasileira introduzida pelo governo Lula da Silva ocorreu no tocante às relações com as grandes nações em

desenvolvimento, como China, Índia, Rússia, África do Sul, etc. Tudo em consonância com a premissa básica da diplomacia do governo Lula da Silva, a qual substituiu o conceito de autonomia pela integração pelo de autonomia pela assertividade. Esta alteração levou o país a consolidar uma política externa mais afirmativa no tocante à defesa dos interesses das novas elites econômicas brasileiras no mundo. Em resposta ao unilateralismo norte-americano, o governo Lula da Silva optou por reinterpretar e viabilizar o multilateralismo como princípio ordenador das relações internacionais. [...] Notou-se no protagonismo internacional do governo Lula da Silva a clara intenção de ressuscitar sob novas bases a questão do desenvolvimento, na atualidade regional em substituição a dinâmica nacional precedente, e da clivagem Norte/Sul na política internacional (p. 6).

Machado (2012) aponta que a inserção do Brasil na Política Externa no governo Lula se baseava em dois fundamentos principais, que concordam com as agendas apresentadas por Anschau (2015): a reformulação do projeto de desenvolvimento nacional, que pressupõe equilíbrio e crescimento econômico como elementos decisivos, mas acrescenta a estes a necessidade de justiça e inclusão social; e a nova compreensão do sistema internacional, que implica uma inserção segura condizente com a aceitação das normas emanadas do centro hegemônico.

[...] no Governo Lula, nos dois níveis de análise, políticas interna e externa, há estratégias semelhantes, a saber: o desenvolvimento com equidade social e a ampliação do poder do Estado para, assim, cumprir as metas estabelecidas. Esse processo trouxe resultados no plano interno com a promoção da inclusão social, ampliando o arco das representações culturais dignas de exportação e, com isso, expandiu a economia da cultura. No plano externo, propiciou a inserção internacional e defendeu o pluralismo cultural contra a ameaça da homogeneização cultural. Nesse sentido, associa-se à cultura, tanto as políticas sociais requeridas domesticamente, quanto uma inserção externa que esteja atenta e possa inferir nas transformações em curso do sistema internacional (DAVID, 2015).

No plano político, o Governo deixa claro o projeto de expandir a representatividade e a atuação do Brasil no mundo, para tanto Finzetto (2017) apresenta um histórico descritivo e sintetizado dos principais temas da agenda externa do governo Lula quanto a PEB nos seus mandatos a fim de alcançar seus objetivos. O autor separa esses temas em quatro tópicos principais: a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a reforma da Governança Financeira Global, O BRIC na política externa do governo Lula, e por fim, o G-20 Comercial. Os itens a seguir se destinam a discussão desses marcos da PEB do governo Lula, que posteriormente serão relacionados com a diplomacia cultural, buscando identificar como a última serviu aos objetivos gerais da política externa e à proposta de democratização das relações internacionais do Governo Lula.

4.1 A Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem como principal responsabilidade a assegurar a paz e manter a segurança internacional. Possui capacidade jurídica para autorizar o uso da força e fazer cumprir suas decisões em caso de ruptura da paz ou de ameaça à paz e à segurança internacional. O Conselho é composto por quinze países membros, dos quais cinco são permanentes: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia. E os demais são rotativos. A eleição para os países rotativos é de responsabilidade da Assembleia Geral e seus mandatos tem duração de dois anos, com cinco novos membros a cada ano. A distribuição das vagas respeita o critério de distribuição geográfica para assentos não-permanentes sendo: cinco vagas para África e Ásia; uma para a Europa Oriental; duas para países latino-americanos e caribenhos; e duas para a Europa Ocidental e outros países (UNITED NATIONS, 2017).

O Brasil participou ativamente do CSNU, assumindo desde a criação da ONU dez mandatos como membro rotativo no Conselho. A Tabela 1 apresenta os biênios cujo o Brasil participou do Conselho como membro rotativo.

Tabela 1. Biênios de mandatos do Brasil como membro rotativo do Conselho de Segurança

Mandato	Biênio	Presidente
1º	1946-47	Eurico Gaspar Dutra
2º	1951-52	Getúlio Vargas
3º	1954-55	Café Filho
4º	1962-63	João Goulart
5º	1967-68	Artur da Costa e Silva
6º	1988-89	José Sarney
7º	1993-94	Itamar Franco
8º	1998-99	Fernando Henrique Cardoso
9º	2004-05	Luiz Inácio Lula da Silva
10º	2010-11	Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff

Fonte: MRE, 2017.

Diante da importância dada no governo Lula à implantação do multilateralismo na esfera política internacional conduziu o Brasil a defender a reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas, dentre outros pontos, solicitando sua ampliação e, posteriormente, sua incorporação como membro permanente e com direito de veto. Outros parceiros do Brasil assumiram a mesma postura propondo a reformulação e seu ingresso no Conselho (OLIVEIRA, 2014).

A ideia de participar do Conselho precedia a posse de Lula, uma ideia que surgiu em meado de 1945, mas que conforme menciona Brigido (2011) ganhou força quando o Brasil junto com Japão, Alemanha e Índia, formaram o G4, grupo que defendia um Conselho reformado. Sobre tal o autor ainda menciona que:

[...] a pretensão brasileira a uma cadeira permanente remonta a 1945 ou, até mesmo, à época do seu predecessor, o Conselho da Liga das Nações. A meta do assento permanente, portanto, é tema antigo na política externa brasileira, que, desde a criação da ONU, já questionava a composição do órgão, argumentando que esta deveria ser mais representativa (BRIGIDO, 2011, p. 90).

O principal argumento que fundamenta a posição brasileira quanto a reforma do CSNU tem relação com a estrutura de poder do imediato pós-Segunda Guerra Mundial que o Conselho ainda reflete, uma vez que os únicos membros permanentes e com poder de veto foram os grandes vencedores do conflito. Além disso, é perceptível a sub-representação dos países em desenvolvimento, em especial dos países africanos e sul-americanos. Logo, a posição defendida pela diplomacia brasileira é que um Conselho de Segurança só pode ser verdadeiramente representativo quanto representar os interesses da comunidade internacional e que permita um grau maior de participação dos Estados-Membros (FINZETTO, 2017).

A fim de legitimar seu interesse em se tornar membro do CSNU, o governo Lula da Silva decidiu chefiar a missão da ONU no Haiti, assumindo boa parte dos seus custos. O Brasil nessa missão: mobilizou forças militares, assinou acordos de cooperação no apoio à agricultura familiar e, junto com o Banco Mundial celebrou um acordo para oferecer merenda escolar a 35 mil crianças. Além dessa missão da ONU, outra ação brasileira de diplomacia foi à intervenção em parceria com a Turquia sobre a questão do programa nuclear do Irã. O Brasil promoveu, na essência do *soft power*, negociações amistosas e diplomáticas procurando a eficiência desse modelo de diplomacia ao invés de sanções militares como solução do conflito iraniano (OLIVEIRA, 2014).

Diante da postura assumida pelo Brasil no cenário internacional como mediador de conflitos internacionais e sua participação ativa em missões da ONU, no entendimento do governo Lula, o Brasil mereceria um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Contudo, o objetivo não foi alcançado durante os mandatos de Lula, ainda assim na eleição do mandato de 2010-2011, o Brasil contou com a votação de 182 dos 183 países votantes, o que demonstra o prestígio do país e o reconhecimento de sua atuação neste foro (OLIVEIRA, 2014; FINZETTO, 2017).

4.1.1A reforma da Governança Financeira Global

A governança financeira global é regida, primordialmente, pelas chamadas instituições de Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). A criação dessas instituições se deu durante a Conferência de Bretton Woods, com a participação de quarenta e quatro nações aliadas, no ocaso da Segunda Guerra Mundial, em 1944, com a finalidade de estabelecer um sistema monetário internacional que garantisse a estabilidade necessária para a reconstrução do mundo ocidental no pós-guerra. A estrutura organizacional dessas instituições se fundamenta em cotas e poder de voto que sofreram poucas alterações em sua distribuição desde suas fundações. No início do século XXI, a governança dessas instituições ainda reflete a estrutura de poder do final da Segunda Guerra Mundial (FINZETTO, 2017).

A governança financeira global é comandada pelo FMI, pelo BM e pelo G-8, grupo composto por oito países com grande relevância financeira mundial: EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão, Canadá e Rússia. A PEB buscou ampliar a influência dos países emergentes nessa temática, visando descentralizar o poder na esfera internacional.

O FMI foi um termo muito utilizado nos discursos do presidente Lula e de seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, um forte indício da importância crescente que tal instituição teve na agenda política do governo entre 2003 e 2010. Diante da elevada instabilidade econômica em que se deu a posse de Lula, marcada principalmente pela elevada desvalorização do real e pelo aumento dos juros acessíveis ao Brasil no mercado financeiro internacional, o governo estruturou sua política econômica com base no preceito da continuidade em relação ao governo FHC. No início de 2003, as relações do novo governo com o FMI foram baseadas no respeito aos acordos estabelecidos e na política de não confrontação. Entretanto, próximo ao início do segundo ano de governo de Lula pôde-se perceber o desejo em diminuir as relações de proximidade com o Fundo (TUDE; MILANI, 2013).

A visão do Governo quanto a importância internacional do Brasil deu início a um processo de defesa pela transferência do poder de voto, no FMI e no Banco Mundial, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, com o objetivo de conferir a cada membro o poder de voto que correspondesse ao seu peso relativo na economia mundial, outros países emergentes aliaram-se ao Brasil. Em 2006, o FMI iniciou a primeira rodada de reformas de ajustes de cotas e direitos a voto, aprofundada em 2008 (FINZETTO, 2017).

Um dos países mais beneficiados foi justamente o Brasil, com um aumento em sua participação de 1,4% para 1,8%. Em 2010 foi a vez do BM, que concluiu seu processo de

reforma de cotas e voz, na qual 3,13% das cotas dos países desenvolvidos foram transferidas para os países em desenvolvimento. Mais uma vez o Brasil teve um aumento em sua participação que passou de 2,06% para 2,24%. Com a reforma do Banco Mundial, os países em desenvolvimento passaram a somar 47,2% das cotas totais da instituição (FINZETTO, 2017).

4.1.2O BRICS na política externa do governo Lula

O termo BRICS surgiu para designar o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes que apresentaram acelerado desenvolvimento a partir da virada do século e passaram a exercer atuar mais significativamente no cenário global, principalmente após a crise financeira norte-americana e europeia vivida a partir de 2008.

Os países constituintes do BRICS têm como elemento em comum o interesse de ofertar uma ordem com contornos multipolares. Em um cenário de frustração e de incapacidade dos países ocidentais em oferecer um arranjo mais benéfico aos países em desenvolvimento, o BRICS surge como possível ofertante dessa ordem (FONSECA JUNIOR, 2012). A construção e o fortalecimento da aliança informal foram compreendidos pelo Brasil como uma oportunidade de maior participação do país na construção de uma ordem multipolar pautada pelo multilateralismo da reciprocidade (SILVA, 2013).

Quanto a agenda e atuação do BRICS, Finzetto (2017, p. 98) destaca que:

[...] a agenda do BRICS conferiu prioridade à coordenação no âmbito do G-20 e na reforma do FMI. Na vertente política, o BRICS defendeu a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, de forma a melhorar a sua representatividade em prol da democratização da governança internacional. Contudo, é na vertente econômico-financeira que o mecanismo aparentou ser mais promissor. Em 2013, na V Cúpula do BRICS, em Durban, foram lançadas as iniciativas para o Banco de Desenvolvimento dos BRICS - voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em países em desenvolvimento.

A postura assumida pelo Brasil nesse processo de atuação internacional multilateral assumiu a essência do *soft power*.

O Brasil, por não ser e por não ter perspectivas de tornar-se uma grande potência em médio prazo, optou por uma estratégia de balanceamento brando, que consiste na utilização de instrumentos não militares para retardar, frustrar e prejudicar as políticas unilaterais da superpotência (SILVA, 2013, p. 98).

O BRICS se incorporou na tentativa brasileira de alcançar seus objetivos por meio do reforço de novos polos de poder e de normas mais favoráveis. Contudo, mesmo diante do ganho

obtido em vários temas seu poder de barganha frente aos Estados Unidos e à Europa, este é ainda bastante reduzido e seu espaço de atuação depende do nível de alinhamento entre esses países (SENNES, 2012).

4.1.3O G-20 Comercial

O G-20 é um grupo composto por países em desenvolvimento criado na fase final de preparação da V Conferência Ministerial da OMC. Visando a aproximação de países africanos e árabes na participação no G-4 em busca da reforma no Conselho de Segurança da ONU e das suas respectivas admissões nele como membros permanentes; na revalorização da inserção regional (OLIVEIRA, 2005). Em 2010 esse grupo era composto por 23 países: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paraguai, Paquistão, Peru, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

No tocante as propostas do Governo para o comércio internacional o próprio presidente declarou em sua primeira participação no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 26 de janeiro de 2003 “Nós queremos o livre-comércio, mas o livre-comércio baseado na reciprocidade” (SILVA, 2003). Novamente é reiterado o interesse de desenvolver uma Política Externa pautada no multilateralismo e nas ideias do *soft power*. Oliveira (2005, p. 3) destaca que “pode-se notar nesse protagonismo internacional do governo Lula a clara intenção de ressuscitar a questão do desenvolvimento e a recuperação da clivagem Norte/Sul na política internacional em benefício das demandas dos países em desenvolvimento”.

O continuo interesse dos países em desenvolvimento em reformular a dinâmica prioritariamente regida pelos países desenvolvimento, e que nem sempre levava em consideração os interesses dos emergentes, também ganhou nuances no comércio internacional. Sobre tal, Finzetto (2017, p. 26) aponta que:

O agrupamento foi formado com o objetivo de colocar as questões agrícolas no centro das discussões relacionadas ao comércio internacional. Os países em desenvolvimento consideram distorcivos os subsídios agrícolas adotados pelos países desenvolvidos, e defenderam sua posição a partir de três pilares: acesso a mercados, com a redução das tarifas de importação; eliminação dos subsídios à exportação; e a redução dos subsídios à produção interna. Trata-se da adoção de uma postura baseada na reciprocidade, tendo em vista as demandas dos países desenvolvidos pela liberalização dos mercados dos países em desenvolvimento.

Em 2003, no primeiro mandato de Lula foram realizados 410 eventos internacionais que envolveram mais de oito mil empresas, os mercados alvos desses eventos eram principalmente o da África do Sul, Rússia, China, Índia e Oriente Médio. O ano de 2006 foi particularmente importante para o Brasil: inauguraram-se Centros de Distribuição em países estratégicos (CAVALCANTE; LIMA, 2013).

4.2 A Diplomacia Cultural no Governo Lula

Nem sempre as abordagens culturais foram predominantes nas Relações Internacionais. Foi a partir da década de 1980 que diversos autores começaram a identificar registros de maior atenção dada, por parte das nações, à cultura como importante ferramenta de diplomacia no cenário global (GOMES, 2015). Os valores culturais, antes pouco considerados, passaram a constituir fatores extremamente relevantes para o progresso, o desenvolvimento e a modernização dos países, principalmente porque influenciam o comportamento das pessoas em relação à economia. Assim, a cultura passou a desempenhar papel fundamental na posição e estratégias dos países no sistema internacional. O cenário internacional pós-Guerra Fria foi marcado pela presença de elementos distintivos entre os povos deixam de ser apenas ideológicos, políticos ou econômicos, se tornando, em grande medida, culturais (HARRISON; HUNTINGTON, 2002).

Na esfera internacional pode-se destacar as experiências da França, pioneira na incorporação da alternativa cultural ao universo de sua política externa; do Reino Unido e Itália que passaram a atribuir importância a esta dimensão no período entre guerras; nas Américas o Canadá e Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial; além destes a Alemanha e, ainda, o Japão a partir da década de 1960 (RIBEIRO, 2011).

Durante muito tempo no Brasil a DC no âmbito da PE não era considerada uma prioridade. Sobre isso Cervo (1992 apud BARÃO, 2012, p. 19) destaca que a situação nacional demonstrava a “patente exclusão do elemento psicossocial ou cultural de análise dado o foco dos trabalhos no eixo essencialmente político-econômico, fazendo da diplomacia cultural a grande ausente da bibliografia nacional da área”.

A mudança na importância da cultura como elemento protagonista de um novo projeto de desenvolvimento do Brasil começou a se estruturar apenas no início do século XXI. Para Novais (2013) esse parece ter sido o caminho seguido no Brasil a partir do Governo Lula, quando o MinC e o MEC passaram atuar na diplomacia cultural como agentes secundários. A

cultura se tornou eixo fundamental do projeto de Estado no Governo Lula, constituindo novo âmbito de aproximação bilateral e multilateral (BARÃO, 2012).

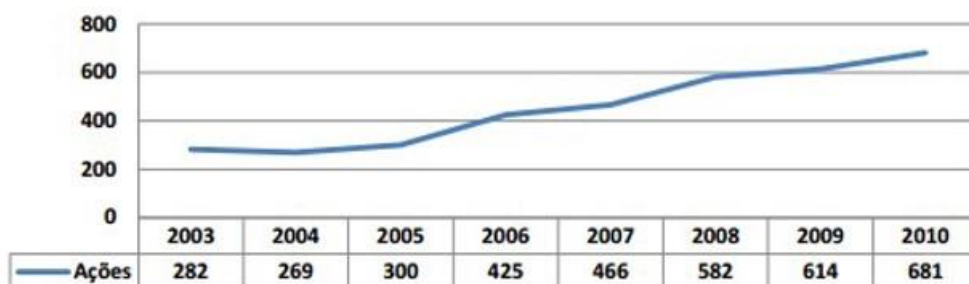
[...] ao longo dos Governos Lula a cultura tornou-se parte de um novo projeto de desenvolvimento nacional em que os ganhos econômicos e justiça social devem ser igualmente levados em conta. Isso se construiu a partir da compreensão ampliada dos interesses nacionais, que passou a levar em conta as demandas de diversos setores sociais desconsideradas nos projetos de desenvolvimento nacional que marcaram a história do nosso país. A cultura emerge simultaneamente como uma forma de inserção econômica na dinâmica competitiva das indústrias culturais, e como uma dimensão da reforma social requerida para a plena defesa de uma identidade cultural brasileira marcada pela diversidade. Não se pode fazer isso sem levar em conta o cenário internacional, e na perspectiva brasileira, ele é favorável às estratégias de aproximação cultural, sobretudo com relação aos pares da cooperação Sul-Sul e dos países menos desenvolvidos (BARÃO, 2012, p.92).

Para Ribeiro (2011), o caso brasileiro possui estrutura administrativa semelhante, de certo modo, à da França e Itália, no qual as Relações Internacionais são controladas pelo governo, por meio de um Ministério. Na realidade brasileira o MRE administra a difusão cultural para o exterior de forma centralizada. Todavia, o autor destaca que o Itamaraty deveria investir mais na influência junto às entidades que cuidam internamente do assunto:

O Itamaraty deveria, por conseguinte, tomar a iniciativa de revalorizar o tema internamente, de modo a melhor alcançar os objetivos a que se propõe no campo internacional. A diplomacia cultural deve, em uma primeira etapa, ser fortalecida internamente – para, em seguida, ser colocada a serviço dos mais altos interesses externos do país (RIBEIRO, 2011, p. 27).

Entre os anos de 2003 e 2010 houve uma progressão significativa no número de ações culturais internacionais veiculadas pelo MRE, MinC e o (MEC). O Gráfico 5 a seguir apresenta essa evolução da quantidade de ações pertinentes à DC do Brasil durante o Governo Lula.

Gráfico 5. Evolução da quantidade de ações pertinentes à diplomacia cultural brasileira no período 2003-2010



Fonte: Novais (2013).

Lessa, Saraiva e Mapa (2011, p. 105), destacam que a “diplomacia cultural do governo Lula se manifestou em diferentes áreas, atendendo sempre a um projeto mais global de ascensão internacional do país, autonomia e, sobretudo, de universalismo aplicado à cultura”. Anschau (2015) sintetiza as prioridades do governo Lula quanto a PE em três pequenas agendas: a primeira uma agenda tradicional, em que há a manutenção dos princípios tradicionais da política externa brasileira, ambiente externo favorável ao crescimento e à estabilidade da economia brasileira; a segunda agenda, caracterizada pela busca do protagonismo internacional; e a terceira agenda, caracterizada como ideológica, em que se buscou promover uma nova ordem internacional.

A agenda da DC esteve em linha com os objetivos gerais da política externa, e a primeira serviu como ferramenta para alavancar a segunda, de modo que a projeção da imagem do Brasil como um importante ator internacional servisse para legitimar as aspirações brasileiras de promover mudanças no sistema internacional.

As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc.; e evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 291).

Para Amorim (2010) a DC do Governo Lula foi estruturada com a finalidade de aumentar a expressividade e a importância do Brasil no cenário internacional. Assim, foram asseguradas e aprofundadas as grandes linhas de ação internacional do Brasil, desenvolvidas ao longo do século XX, constituindo-se numa política externa ativa e assertiva.

A política externa do governo Lula foi marcada pela busca de um redimensionamento do poder de atuação do Brasil nos âmbitos regional e global. Foi estabelecida uma política externa pragmática, visando à autonomia do país, com base na diversificação de parcerias e na percepção do poder brasileiro da possibilidade de influenciar as decisões globais. Além disso, os países em desenvolvimento e os países sul-americanos foram alçados à posição de mais alta prioridade da PEB, estabelecendo como diretriz as relações Sul-Sul (FINZETTO, 2017, p. 22).

As aspirações do Governo brasileiro para sua expansão exigiram a busca por apoio e a efetivação de novas parcerias. Deste modo, o MRE buscou o apoio de blocos de países que pudessem conferir maior poder político internacional ao Brasil por meio de seus votos (onde? Que votos?). O Brasil construiu durante o Governo Lula aproximações internacionais tanto multilaterais quanto bilaterais. Estabelecendo relações com nações consideradas parceiras

estratégicas e fazendo uso do discurso cultural e firmando acordos de cooperação, criando comissões internacionais ligadas ao setor cultural, realizando eventos e feiras internacionais e de projetos de divulgação de bens culturais, medidas de Diplomacia Cultural essencialmente balizadas nos conceitos de *soft power* (FINZETTO, 2017; BRANDÃO, 2012).

Nas aproximações bilaterais o Brasil firmou acordos e memorandos com diversos países. De acordo com Finzetto (2017), com base em pesquisa no Sistema de Atos Internacionais do Itamaraty foram encontrados 66 documentos referentes à cooperação cultural entre os de 2003 e 2010. Foram 24 Acordos de Cooperação Cultural, 26 Programas Executivos e 16 outros instrumentos, entre Memorandos de Entendimento, Cartas de Intenção e Ajustes Complementares aos Acordos de Cooperação Cultural. Estabelecendo uma comparação com o Governo FHC em que foram assinados 32 instrumentos, o Governo de Lula assinou mais que o dobro de Atos de Cooperação Cultural.

Dentre os acordos e memorandos firmados podem ser destacados (BRANDÃO, 2012):

- o Memorando de Entendimento com Vistas à Implementação das "Semanas de Cultura Brasileira na Índia e das Semanas de Cultura Indiana No Brasil", com a Índia em 2006;
- o Programa Executivo de Cooperação Cultural e Educacional, com a China para os anos de 2006 e 2007;
- o Programa de Intercâmbio Cultural Educacional e Esportivo, com a Rússia em 2004;
- o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural, com a África do Sul em 2007.

No Âmbito das relações multilaterais, Brandão (2012) destaca atuação da diplomacia cultural brasileira com os países árabes, por meio da criação da ASPA, a Cúpula América do Sul – Países Árabes em 2005 e a criação da BIBLIASPA, um Centro de Cultura e Pesquisa sobre as relações árabes-sulamericanas. Além disso, foram ampliadas as participações em organismos multilaterais, como a UNESCO, o Mercosul Cultural, o Conselho Sul-Americano de Cultura, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) (FINZETTO, 2017).

Nesse contexto, cabe destacar também a figura de Gilberto Gil, Ministro da Cultura nomeado por Lula da Silva, e que junto ao presidente foi um dos responsáveis por avanços significativos no Ministério da Cultura, principalmente na superação de três pontos pertinentes

da realidade brasileira: a ausência de uma posição ativa de disseminação da cultura no exterior, o autoritarismo ainda vigente no país, e a instabilidade caracterizada pela ausência de políticas permanentes – políticas anteriores foram marcadas pelas descontinuidades administrativas e pela incapacidade de transformar política de governo em política de Estado (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Os primeiros quatro anos de Lula e Gil em relação a políticas públicas de cultura são orientados a partir de três diretrizes conceituais: simbólicas, econômicas e cidadãs. Pode-se entender a dimensão simbólica a partir dos esforços desse governo em atribuir aos bens culturais valor de patrimônio do povo brasileiro. Dessa forma, o primeiro mandato da gestão Lula buscou promover a cultura brasileira a portadora de conteúdos singulares e valores universais (BIJOS; ARRUDA, 2010, p. 46).

A primeira das mudanças no MinC foi uma reforma em sua estrutura ainda em 2003, reformulando a compreensão nacional sobre o papel da cultura no desenvolvimento e as bases conceituais das políticas culturais do país. O Governo deixa claro o papel indispensável da cultura com um dos norteadores ações realizadas no primeiro mandato balizado na perspectiva de que “se o desenvolvimento econômico expressa o bem-estar material de uma nação, é o desenvolvimento cultural que define a sua qualidade” (BRASIL, 2006, p.13).

Essa reformulação do Ministério contou com uma ampliação do orçamento, da sua rede institucional e sua capacidade de escuta das demandas sociais. O objetivo dessas medidas foi estreitar as relações do MinC com institutos, fundações, empresários, artistas e produtores culturais, e, principalmente, com setores sociais anteriormente desconsiderados pela política cultural. Além disso houve uma descentralização do Ministério constituindo núcleos representativos regionais e locais com o intuito de atender com mais proximidade às demandas do Brasil considerando sua diversidade cultural. Como resultado desta medida, em 2006 já tinham sido instaladas representações do MINC em 300 comunidades consideradas em risco social, como resultado do projeto Pontos de Cultura (BRASIL, 2006).

Para Rubim (2010, p. 17) a ampliação do orçamento do MinC, que permitiu sua atuação mais consistente e permanente, foi um fator marcante do Governo Lula que permitiu o início de uma caminhada rumo a superação das instabilidades das políticas culturais no Brasil.

Mais que o aumento, a vinculação orçamentária prevista na PEC 150 – mínimos de 2% do orçamento nacional; 1,5% dos orçamentos estaduais e 1% dos orçamentos municipais para a cultura – parece ser um substrato fundamental para a superação da tradição de instabilidades, porque inscreve na Constituição um recurso permanente e persistente para o campo cultural. Claro que o aumento do orçamento do Ministério entre 2003 e 2010 é altamente positivo, mas a destinação constitucional de um orçamento para a cultura configura-se como fator essencial para superar a tradição de instabilidades das políticas culturais nacionais.

Além disso, o autor ainda destaca outros três movimentos que configuraram a política de Estado: a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 150 que determina destinação de recursos à cultura (RUBIM, 2010).

Essa reformulação não gerou impactos apenas na DC a nível nacional. Brandão (2012) destaca que o papel da cultura no estabelecimento relações internacionais contemporâneas:

Além do reconhecimento estratégico da cultura para o desenvolvimento interno do país, o Ministério da Cultura passa a reforçar um discurso sobre a centralidade da cultura nas relações internacionais contemporâneas, e, portanto, a argumentar em favor de uma inserção internacional brasileira que leve em conta a dimensão cultural. A construção desse posicionamento baseia-se na recuperação história do discurso nacional típico do século XX sobre o caráter mestiço e antropofágico da cultura brasileira combinado com a abordagem contemporânea da diversidade cultural (BRANDÃO, 2012, p. 77).

A autora ainda destaca que:

O governo brasileiro passa a reconhecer pelo menos duas dimensões da ligação entre a cultura e um novo cenário das relações internacionais em construção que demandam uma revisão na sua política externa. Em primeiro lugar está a visão governamental sobre a tendência à multipolaridade do sistema internacional, a qual é associada à emergência de questões culturais, devido à ampliação do número de atores relevantes e com panoramas culturais diversos, os quais estimulam o surgimento de novos debates e demandas internacionais, ligados as suas diferentes realidades domésticas (BRANDÃO, 2012, p. 77).

Assim a DC assume uma dimensão mais significativa a partir do reconhecimento discursivo de que a década durante a qual vige Governo Lula é um período de transformações internacionais profundas, de alteração nas bases sociais, econômicas e políticas das relações internacionais, associadas em grande parte à emergência das questões culturais na era da globalização (BRANDÃO, 2012).

Durante o Governo Lula a Divisão da Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) concentrou o maior número de ações de diplomacia cultural realizadas pelo Itamaraty no período de 2003 a 2010, totalizando um percentual de 39%. Deste modo, pode-se constatar que a difusão do idioma brasileiro é uma das prioridades do MRE e do MEC. A ferramenta utilizada para essa alcançar os objetivos quanto a difusão do idioma foi a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (REBx) (GOMES, 2015).

Outro órgão que fez parte, e contribuiu, diretamente da reestruturação do MinC foi a Secretaria do Audiovisual (SAV). A partir do diagnóstico da SAV que apontava significativa assimetria existente tanto no mercado internacional, com a presença dominante do audiovisual

americano, quanto no nacional devido a concentração da produção nos estados do Sudeste do Brasil, a Secretaria se propôs a desenvolver uma política de fomento à produção pautada pelos conceitos centrais de regionalização e democratização (MOREIRA; BEZERRA; ROCHA, 2010).

Até 2003, o MRE não possuía uma PE para o audiovisual, apenas algumas ações isoladas eram desenvolvidas nesse sentido. E por meio da SAV que o Governo procurou promover o fortalecimento de sua atuação no exterior, investindo especialmente nas relações com os países do chamado eixo sul-sul (MOREIRA; BEZERRA; ROCHA, 2010).

De acordo com o próprio MinC (2006, p. 5) “o audiovisual é um dos caminhos definidos para construir processos de inserção do Brasil na arena internacional, na condição de produtor e exportador de bens audiovisuais”. Dentre os programas criado pode ser destacado o Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DOCTV), por meio do qual o Brasil se tornou uma referência internacional e seu modelo de gestão influenciou diretamente a criação de outros programas supranacionais, como o DOCTV Ibero-América e o DOCTV CPLP. O programa conforme menciona Moreira, Bezerra e Rocha (2010, p. 136):

[...] articula ações de produção, difusão e formação, como também busca a aproximação entre a produção independente e a televisão, assim como empreende esforços para minimizar as assimetrias na produção audiovisual brasileira, investindo na descentralização regional.

Além disso, o MinC passou a atuar de forma mais direta na diplomacia cultural. Em 2003 foi instituída a Assessoria internacional do MinC, o que inaugurou um modo compartilhado de formulação de ações culturais internacionais entre MinC e MRE. No ano de 2006 foi fundado o Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo (CCBM), composto por membros dos dois Ministérios. O propósito da criação dessa comissão foi a realização de relevantes atividades para a diplomacia cultural brasileira, como o “Ano do Brasil na França – Brésil, Brésils” e a “Copa da Cultura” na Alemanha, realizado na época da Copa Mundial de Futebol. Em 2008, houve a implantação da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), vinculada à Secretaria Executiva do MinC, que substituiu a estrutura do CCBM e assumiu suas responsabilidades (NOVAIS, 2013).

Soto et al. (2010) destaca que a partir de 2003, resgatar o papel institucional do MinC como formulador, executor e articulador de políticas de cultura, foi um dos maiores desafios enfrentados pelo Governo. Essa institucionalização do MinC foi ampliada por meio de reformulações político-administrativas e da realização de concursos, medidas que consolidaram

o Ministério. E apesar de as mudanças não terem sanado inteiramente as necessidades representaram transformações importantes e significativas. Foi conferido ao MinC e aos seus órgãos vinculados maior operacionalidade. Deste modo, a atuação do Ministério passou a ter mais força no país. Alguns dos programas e projetos criados objetivavam, de forma sistemática, atuar em dimensão nacional, e adquirem notável funcionalidade apresentado significativos e positivos resultados (RUBIM, 2010).

A atuação do MinC estabeleceu fundamentos mais concretos que apenas acordos e memorandos, como salienta Ribeiro (2015, p. 46):

Os acordos comerciais e as aproximações políticas são, por definição, mecanismos transitórios. Não há nada de transitório na relação cultural. Cada vez mais, ao contrário, ela transcende a atuação dos Governos para se consolidar e se ampliar através de canais próprios. Entre outras razões, por ser mais duradoura – e mais confiável.

Entre as mudanças mais significativas postas em prática pelo MinC durante o Governo Lula, vale destacar: a expansão do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, como um dos pilares da cidadania; o deslocamento das ações governamentais do artista para a população em geral; a retomada do Estado como agente principal na execução das políticas culturais; o aumento e ênfase dado na participação da sociedade na elaboração das políticas culturais; e a divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade, para a gestão das ações (SOTO et al., 2010).

E no tocante a participação popular a autora ainda destaca que:

A participação da população nestes processos tem resultados práticos. O envolvimento dos cidadãos contribui para que os serviços prestados sejam mais eficazes à medida que possam corresponder à percepção que os beneficiários têm de suas próprias necessidades. Ademais, ao invés de aguardar passivamente por benfeitorias governamentais, a comunidade intervém ativamente, buscando o atendimento de suas demandas. Resguardada a importância dos resultados efetivos do envolvimento popular na esfera de decisão, é mister ressaltar os resultados indiretos e subjetivos deste processo, tendo em vista a relação de cada participante com a democracia e com o setor cultural (SOTO et al., 2010, p. 43).

O MEC também passou a ser importante ator na diplomacia cultural brasileira, embora com menor participação que o MRE e o MinC. Sua principal atuação se dava na representação do País em organizações internacionais, como a Unesco, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), e por meio da cooperação com países que firmaram acordos de cooperação educacional com o Brasil (GOMES, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de conceitos fundamentais sobre as Relações Internacionais serem criados as nações já estabeleciam relações umas com as outras. Algumas vezes relações de dominação e outras de cooperação. A medida que as sociedades evoluíam os entendimentos sobre essas relações também evoluíam. Hoje as maneiras pelas quais as nações interagem e criam vínculos é motivo de estudo e compõem importantes pilares da Relações Internacionais. Embora muitas nações tenham se beneficiado, dada sua situação e poderio, de outras nações mais frágeis por meio de relações impositivas e coercitivas, atualmente é muito perceptível os benefícios oriundos da cooperação entre nações balizadas no ideias do *Soft Power*.

O Brasil, desde a década de 30 passou por diversas estruturas administrativas em seu Estado com o objetivo de organizar o país e torná-lo significativo no cenário internacional. A criação tanto dos Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, assim como de outros órgão e instituições derivadas destes tinham o intuito de estruturar a diplomacia nacional e elevar o país a um patamar de destaque. Embora no cenário Sul-americano o Brasil sempre teve papel de destaque, no cenário mundial por muito tempo perpetuou o papel de receptor de influência. E umas das ferramentas escolhidas para a transformação do país foi a cultura.

No Capítulo 1 foram apresentados importantes conceitos, como: poder, Diplomacia Cultural e o *Soft Power*. Conceitos que se relacionam e que estão intimamente associados às Relações Internacionais. A evolução tecnológica e a globalização elevaram o nível das relações humanas a um patamar antes inimaginável e cada vez mais, a medida que as nações desenvolvem relações, sejam elas de qualquer natureza, fica mais claro e concreto a aparição dos temas abordados e conceituados até aqui. De modo geral, foram abordados com mais preciosismo o conceito de Diplomacia Cultural e as formas de exercício de poder entre nações, destacando os benefícios oriundos do *Soft Power*.

Portanto, concluímos que com relação a diplomacia cultural não há uma definição universal sobre seu conceito, uma vez que inclusive a sua compreensão deriva de aspectos culturais. Mas que de modo geral alguns pontos são comuns às nações, como a percepção de que a cultura é uma poderosa ferramenta diplomática para estabelecimentos de vínculos.

Com relação ao poder e suas formas de se manifestar na Relações Internacionais concluímos que todas as nações exercem algum poder, embora em diferentes níveis, para afirmar seus princípios norteadores e estruturar vias de cooperação internacional. O exercício desse poder se distingue por meio de seus objetivos e princípios basicamente entre *Hard Power*

e *Soft Power*. Enquanto o *hard power*, apresenta-se com um viés coercitivo, como o uso da força militar para alcançar objetivos nas políticas externas, o *soft power*, em sua essência se baliza na persuasão.

A cultura brasileira enquanto ferramenta auxiliar à diplomacia passou a ser difundida para os outros países com a finalidade de formar vínculos. Vínculos esses que apenas iniciavam na questão linguística, mas que gradativamente evoluíam para vínculos políticos e econômicos. Durante o Governo Lula, de 2003 a 2010, o Brasil desenvolveu consideráveis ações diplomáticas e culturais com alcance internacional. Apesar da limitação de recursos, a diplomacia cultural brasileira, durante esse período, formou alianças importantes e estabeleceu acordos e ementas, principalmente com os países sul-americanos e europeus.

No Capítulo 2 a organização do Brasil para a disseminação cultural brasileira no exterior foi analisada. Exploramos a gradativa estruturação e evolução da política externa brasileira, representando uma alteração no cenário já que, como mencionado, durante muito tempo o Brasil não disseminava sua cultura para o exterior, apenas servia como destino de políticas culturais externas, principalmente da Europa e Estados Unidos. Desta forma, essa realidade mudou com a consolidação dos Órgãos Governamentais responsáveis pela política externa do Brasil.

Logo, concluímos que o Ministério da Cultura, ministério centralizador responsável por organizar e criar políticas nacionais de cultura, integrado ao Ministério das Relações Exteriores, passaram a desempenhar ações conjuntas para a difusão da cultura brasileira no exterior. E que no exercício dessa política externa a promoção da língua portuguesa para outros países é uma das prioridades brasileiras, como ferramenta de *soft power*.

Apesar dos avanços significativos, uma limitação brasileira ainda é a cultura de interrupção abrupta de políticas e medidas quando ocorre uma mudança de governo. A preocupação durante o Governo Lula com a cultura e a inclusão do aspecto social na diplomacia foi fundamental para a estruturação da PEB, mas essa política ainda precisa de melhorias e ampliações. O Governo deve estimular e atuar com ainda mais firmeza em ações que transmitam a cultura brasileira, principalmente por meio do MRE e dos outros Ministérios responsáveis pela PEB.

No Capítulo 3 foi explorada a diplomacia cultural nos dois mandatos do Governo do Lula, permitindo concluir, que ela assume papel de importância em suas agendas para o desenvolvimento nacional fortemente estruturada no estabelecimento da justiça social e das relações multilaterais. A DC desenvolvida de 2003 a 2010 é regida pela percepção da necessidade de reformulações nos poderes internacionais inserindo os países emergentes nos conselhos e instituições de representação e atuação internacional.

O Brasil alavancou avanços significativos durante o período participando ativamente da política internacional e promovendo a difusão da cultura brasileira no mundo, sempre pautada no estabelecimento de relações estruturadas nos ideais do *soft power* e na cooperação multilateral entre os países. Contudo, alguns fracassos também ocorrem e os objetivos não foram alcançados em sua totalidade. A posição marcante do Brasil ao lado do interesse dos países emergentes, por exemplo, criou interrupções nas negociações com os EUA que tinham posicionamento divergente, nas relações estabelecidas com a União Europeia, os conflitos comerciais relacionados a produtos agrícolas e pelo insucesso das negociações da MERCOSUL.

De fato, a DC brasileira foi fortemente priorizada durante o Governo Lula. A reformulação da PEB a partir de 2003 evidencia a intenção do Governo de tornar o Brasil um expoente, principalmente pela difusão da cultura brasileira no cenário internacional. O grande número de ações culturais desenvolvidas no exterior no período 2003 a 2010 constatam esse interesse. O CCBM representou uma importante iniciativa de trabalhos interministeriais e destacou o processo de abertura do MRE, com aumento da dinâmica inter-burocrática, representando ao aumento da interlocução do último com outros ministérios nos chamados novos temas de PEB, dentre os quais a diplomacia cultural pode ser inserida.

Além disso, não apenas a concessão de prioridade à difusão da cultura brasileira foi percebida, mas também estruturação dos dispositivos responsáveis por essa difusão, como nos centros e institutos culturais no exterior que tinham a atribuição de difundir a cultura brasileira por meio de publicações, literatura, editoração e ensino do idioma. Por fim, também foi possível notar uma mudança quanto a percepção da diplomacia cultural de atividade fim para um instrumento eficiente de estabelecer relações e cooperar no âmbito internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, C. **Discurso do Ministro Celso Amorim, na cerimônia de abertura da Conferência da América Latina e do Caribe Preparatória à Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Brasília, 17 jun. 2008. Ministério das Relações Exteriores, 2010b. Disponível em: < <http://www.Itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursosartigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores> >. Acesso em: 21 abr. 2019.
- ANSCHAU, A. L. **Uma análise sobre o poder da diplomacia cultural na política externa brasileira (2003 – 2010)**. 2015. 81 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- BARÃO, G. B. **A Diplomacia Cultural na Política Externa do Governo Lula: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)**. 2012. 107 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BECKHAUSER, A. L. A língua portuguesa como recurso da política externa brasileira à luz da diplomacia cultural. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 784-802, abr./jun. 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.14393/DL34-v12n2a2018-2> >. Acesso em: 24 fev. 2019.
- BIJOS, L.; ARRUDA, V. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Dialogos**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 33-53, ago, 2010. Disponível em: < <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/2912> >. Acesso em: 10 out. 2018.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.308-345.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (2011). **Balanço da política externa (2003-2010)**. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010> >. Acesso em: 04 jan. 2018.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Artigo: Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula**. 2019. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7664-artigo-conceitos-e-estrategias-da-diplomacia-do-governo-lula> >. Acesso em: 21 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Rede Brasil Cultural. Divisão de Promoção da Língua Portuguesa. **Leitorados**. Disponível em: < <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-leitorados> >. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. **Diplomacia Cultural**. 2018a. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural-mre/19484-diplomacia-cultural> >. Acesso em: 02 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério das Relações Internacionais. **O Ministério**. 2018b. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/o-ministerio> >. Acesso em: 02 dez. 2018.

BRIGIDO, E. V. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2011. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22990> >. Acesso em: 13 abr. 2019.

CARVALHO, S. C. Políticas de Promoção Internacional da Língua Portuguesa: Ações na América Latina. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 51, n.2, p. 459-484, jul./dez. 2012.

CASTRO, F. V. Um projeto de Diplomacia Cultural para a República: a Revista Americana e a construção de uma nova visão continental. **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 63, p. 301-324, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/14.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2018.

CAVALCANTE, T.; LIMA, M. C. A política comercial do Governo Lula (2003-2010): uma análise comparativa das relações comerciais do Brasil com o MERCOSUL e com o resto do mundo. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 53-59, jul./dez. 2013. Disponível em: < <http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/52/55> >. Acesso em: 21 abr. 2019.

CHAKRABORTY, K. (Ed.). **Dicionário de Diplomacia Cultural**. Berlin: Center for Cultural Diplomacy Studies, 2013.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: ROCCO, 1986.

DAVID, R. G. **A Diplomacia Cultural Brasileira nos Governos Lula (2003-2010): Soft Power, Música, Literatura e Artes Visuais**. 2015. 79 f. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 2012a. 396 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2012a.

DINIZ, L. R. A. Política linguística do Estado brasileiro para a divulgação do português em países de língua oficial espanhola. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 51, n.2, p. 435-458, jul./dez. 2012b.

DUMON, J.; FLÉCHET, A. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 203-221, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a10v34n67.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2018.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Lisboa: Blackwell Publishers Limited, 2003.

ESPINOSA, L. O conceito de cultura em Bauman. **Revista Fronteiras**, v. 7, n. 3, p. 240-242, set. /dez. 2005.

FERREIRA, L. M. L. O Leitorado brasileiro na Tailândia: uma contribuição para o debate a respeito do papel do professor-leitor. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 10-29, 2014. Disponível em: < <https://revistas.gel.org.br/rg/article/viewFile/17/274> >. Acesso em: 10 mar. 2019.

FIGUEIRA, A. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 53, n. 2, p. 5-22, 2010.

FINZETO, T. C. **Difusão da cultura brasileira no exterior**: a Divisão de Operações de Difusão Cultural do Itamaraty no governo Lula. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FONSECA JUNIOR, G. BRICS: notas e questões. In: FUNAG. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2012, p.13-30.

GARCIA, J. **Rede Brasil Cultural e a diplomacia cultural brasileira**. 2015. 94 f. (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. B. P. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Revista Estudos Políticos**, v. 6, n.2, p. 443-465, 2015. Disponível em: < <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2016/10/443-465.pdf> >. Acesso em: 24 fev. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LULA DA SILVA, L. I. Discurso do senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no Congresso Nacional, em Brasília. In: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/Funag, 2003.

MACHADO, G. L. **A difusão cultural brasileira como instrumento de política externa**: estratégias contemporâneas. 2012. 75 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MADEIRA FILHO, A. P. **Instituto de cultura como instrumento de diplomacia**. Brasília: FUNAG, 2016.

MARTINELLI, C. B. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, p. 65-80, jan./abr. 2016. Disponível em: < <http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjuntura-global/files/2016/06/5-Caio-Barbosa-Martinelli.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2018.

MUNIZ, A. W.; CIDRÃO, T. V.; THOMAZ, B. V. A diplomacia cultural como meio para a promoção da interculturalidade no Brasil. **BJIR**, Marília, v. 6, n. 3, p. 522-542, set./dez. 2017. Disponível em: < <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/7070> >. Acesso em: 10 out. 2018.

MUNIZ, A. W.; CIDRÃO, T. V.; THOMAZ, B. V. Direitos humanos, interculturalidade e diplomacia cultural: um estudo comparado. **Revista da Faculdade de Direito UFU**, Uberlândia, v. 44, n. 2, p. 1-28, jan./jun. 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/40409> >. Acesso em: 10 out. 2018.

NOTARI, M. H. A. Os papéis projetados pela política externa brasileira para o Oriente Médio durante os governos Lula (2003-2010). **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, p. 258-282, jan. 2017. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7393/1/TdM_v3_n1_Papeis.pdf >. Acesso em: 13 abr. 2019.

NOVAIS, B. V. **Caminhos trilhados, horizontes possíveis**: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010. 2013. 247 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NYE, J. S. **Soft Power – The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLIVEIRA, L. M. Programa de Leitorado do Brasil: discussões sobre o perfil profissional do leitor. **Matraga**, rio de janeiro, v. 25, n. 44, p. 252-271, mai./ag. 2018. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/viewFile/34153/26958> >. Acesso em: 10 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. F. **A Política Externa Brasileira no Governo Lula (2003-2010): Um exercício de Autonomia pela Assertividade?**. In: Encontro da ABCP, 9., 2014, Brasília.

OLIVEIRA, M. F. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 8, n. 2, p. 55-69, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a03v48n2.pdf> >. Acesso em: 21 abr. 2019.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais**: temas, atores e visões. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RIBEIRO, R. **O ensino de línguas estrangeiras como ferramenta de *soft power* e estratégia de política externa**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

SÁ, D. S. O Leitorado Brasileiro em Manchester: política linguística e ensino de português como língua estrangeira. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 39, p. 31-40, 2009. Disponível em: < <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/39/artigo1.pdf> >. Acesso em: 10 mar. 2019.

SARAIVA, L. **Winning Hearts and Minds**: a diplomacia estadunidense dos intercâmbios educacionais para a América Latina. 2017. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

SENNES, R. Nem restauradores nem reformadores: o engajamento internacional seletivo e minimalista dos BRICS. In: FUNAG. **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2012, p. 235-245.

SILVA, A. M. M. P. **O BRIC na Política Externa do Governo Lula (2003-2010):** do conceito à coalizão. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOARES DE LIMA, M. R.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-47, 2006.

SOTO, C. et al. **Políticas públicas de cultura:** os mecanismos de participação social. RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no governo Lula. Salvador: Edufba, 2010.

TUDE, J. M.; MILANI, C. S. A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 56, n. 1, p. 85-103, p. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292013000100005> >. Acesso em: 21 abr. 2019.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, pp.273-335, jul./dez. 2007. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002> >. Acesso em: 1 abr. 2019.